



O impressionante aspecto do Palácio de Cristal que registou uma das suas maiores enchentes que a gravura documenta

## GRANDIOSO COMÍCIO NO PORTO

Com a participação do camarada Álvaro Cunhal (cujo discurso publicamos nas págs. 4 e 5) realizou-se, no sábado, no Palácio de Cristal, um dos maiores comícios efectuados no Porto

O secretário-geral do PCP esteve, no mesmo dia, em Coimbra numa sessão de esclarecimento a que assistiram cerca de 4000 pessoas



Delegados foram nomeados! Decidiu-se suprimir as assembleias gerais para facilitar decisões — sem os trabalhadores! A "independência" em relação aos partidos ficou combinada: 55 dirigentes do PS, 55 do PPD, 5 do CDS e 12 "independentes"! Sá Carneiro, Amaro da Costa e Mário Soares assistiram para que não restassem dúvidas acerca da "independência". A ofensiva reaccionária contra a unidade do movimento sindical continuou e declarou-se que há

### a U.G.T.!

EM FOCO Pag. 12

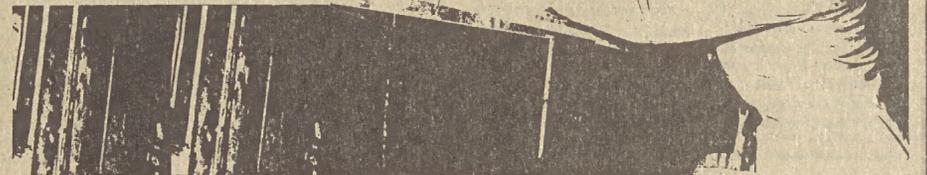
## COMÍCIO PCP

PELA DEMOCRACIA  
CONTRA A REACÇÃO  
ÁLVARO CUNHAL  
5ª FEIRA 1 FEVEREIRO 21,30 H.  
PAV. DESPORTOS



Direcção da Organização Regional de Lisboa PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

## Os trabalhadores estão com a Reforma Agrária



Nas páginas centrais, um jornal de parede com o balanço das manifestações de 24 de Janeiro, a maior jornada de sempre em defesa da Reforma Agrária. Nas ruas, nas fábricas, nas empresas, nas escolas, ele continuará o apoio firme à luta dos trabalhadores do Alentejo e Ribatejo



A aplicação integral da lei aprovada pela Assembleia da República e que o governo Mota Pinto/PPD pretende ignorar é uma exigência nacional

Pag. 9

## DEPUTADOS COMUNISTAS INTERROGAM O GOVERNO

16 questões essenciais da situação do país são tema das perguntas formuladas por deputados comunistas e que o governo deverá esclarecer na próxima terça-feira, na Assembleia da República. Na pág. 9 publicamos as perguntas: o Povo português pronunciar-se-á sobre as respostas!



# Um dos maiores comícios realizados no Porto

A RTP não estava lá mas não conseguiu esconder ao país a afluência de muitos milhares de pessoas ao Palácio de Cristal, no Porto, na tarde de sábado. O discurso que o «Avante!» transcreve na íntegra foi proferido pelo camarada Álvaro Cunhal perante uma assistência que mesmo alguns órgãos de comunicação empenhados em diminuir a imagem de o Partido Comunista Português projecta, classificaram de «enchente», sendo assinalado por alguns o facto de o PCP ser o único partido a conseguir realizar, de há dois anos para cá, grandiosos comícios na capital do Norte.

E há, por certo, razões para que tal aconteça. Para além de se tratar de assistir à intervenção do Secretário-Geral do PCP, efusivamente saudado pela multidão e frequentemente interrompido pelos aplausos, os trabalhadores e democratas do Porto sempre acorrem em massa às iniciativas dos comunistas, com os quais se ligam nas lutas do dia-a-dia em defesa da democracia e das conquistas de Abril.

Defender a democracia face aos planos da reacção era, de resto, a palavra de ordem inscrita no painel colocado atrás da mesa onde tomaram lugar representantes de cerca de meia centena de organismos do Partido além dos membros do Comité Central Ângelo Veloso — suplente

da Comissão Política —, Óscar Lopes, Vidal Pinto, Helena Medina, Avelino Gonçalves, Edgar Maciel, João Fonseca e Henrique Sousa.

## O reforço do PCP no Norte

Tomou a palavra em primeiro lugar o camarada Edgar Maciel, membro do Comité Central e da DORN, fazendo um curto balanço do que tem sido a actividade e a luta dos comunistas e do movimento operário e popular no Norte do país frente à restrição das liberdades. O exemplo do que tem sucedido na própria cidade do Porto, onde já foram detidas cerca de mil pessoas que colavam cartazes, por força da postura aprovada pela Câmara Municipal dominada pela aliança PS/PPD/CDS, foi lembrado pelo dirigente comunista. E, a propósito da recente desintervenção dos matutinos portuenses «Jornal de Notícias» e «Comércio do Porto», Edgar Maciel afirmou:

O que está em marcha é a reprivatização destas empresas através da venda de participações do Estado a grupos capitalistas nacionais e estrangeiros. Ou seja: o restabelecimento do poder do grande capital na zona da Informação, que permita liquidar uma informação democrática e sujeitar a opinião pública

à desinformação permanente e à manipulação de toda a ordem, no quadro mais geral da estratégia da liquidação do próprio regime democrático.

A evolução favorável para as forças democráticas, o grande reforço dos efectivos, da organização, acção e influência do PCP e as formas diversificadas de expressão da resistência dos trabalhadores e do movimento popular foram os pontos mais salientes da apreciação política feita por Edgar Maciel acerca da situação dos cinco distritos do Norte, tendo a assistência sublinhado com calorosos aplausos o anúncio de que, três anos decorridos sobre o assalto reaccionário de caçiques do PPD e CDS ao Centro de Trabalho de Mirandela, este voltou a abrir as suas portas!

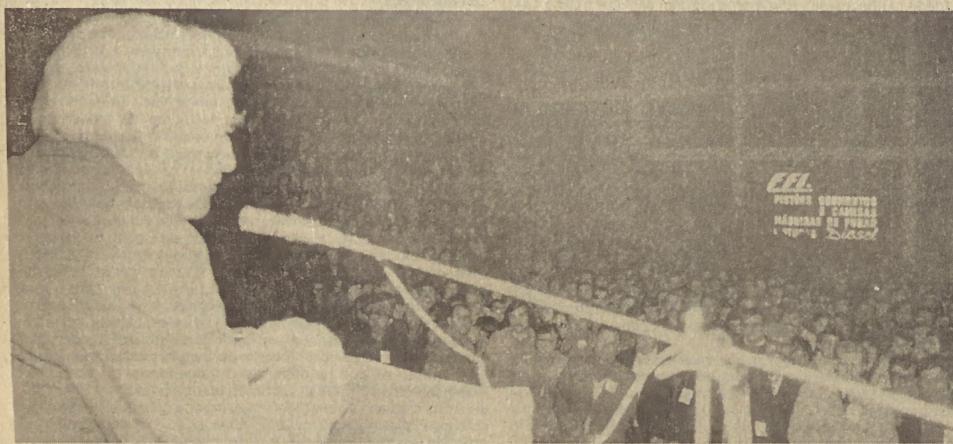
## Os problemas e as lutas

Os principais problemas da cidade do Porto no domínio da habitação, limpeza, abastecimento de água, equipamentos sociais e colectivos foram o tema da intervenção do camarada Cassiano Abreu Lima, membro da Assembleia Municipal do Porto, que apontou as responsabilidades da Câmara na resolução dos mesmos e assinalou a importância do Encontro de Municípios

promovido em Dezembro naquela cidade pela APU.

A inoperância da Câmara — friso — resulta da sua incapacidade para planejar adequadamente as acções a desenvolver, e da falta de vontade política para levar a cabo o que se propõe realizar, resulta da sua manifesta incapacidade e falta de vontade política para reorganizar eficazmente os serviços e acabar de vez com o burocratismo e a corrupção, resulta da ausência de um funcionamento interno do Executivo colegial e democrático, como o exigem a Constituição e a lei.

Para falar da luta dos trabalhadores do Norte usou da palavra o camarada Francisco Oliveira, membro do Comité dos Metalúrgicos e operário da Siderurgia Nacional — Maia, anunciando que mais de 200 mil trabalhadores da região — têxteis, químicos, telefonistas, gráficos — participaram em paralisações de trabalho. Francisco Oliveira referiu ainda os muitos milhares de trabalhadores têxteis que protestaram, em concentrações no Porto, Vila do Conde e Guimarães, contra os baixos salários, a repressão, os despedimentos e os contratos a prazo, falando depois da mobilização dos assalariados agrícolas de todo o Norte na luta pela saída da PRT, boicotada pelo Governo.



# Esclarecimento em Coimbra sobre a ofensiva global da direita

A situação actual, caracterizada como «um ataque global das forças reaccionárias contra o regime democrático português», foi o tema da sessão de esclarecimento que levou mais de quatro milhares de pessoas ao Pavilhão da Palmeira, em Coimbra, na noite de sábado passado, durante a qual o camarada Álvaro Cunhal abordou um vasto leque de questões que lhe foram colocadas e que preocupam todos os portugueses.

Após uma saudação a todos os trabalhadores e ao povo de Coimbra, feita pelo camarada Hermínio Campos em nome da Comissão Distrital de Coimbra do Partido Comunista Português, o Secretário-Geral do PCP interveio sobre a situação política actual, à luz das conclusões salidas da última reunião do Comité

Central do Partido, em 15 de Janeiro último.

Entre os objectivos do ataque global contra a democracia conta-se a restauração das formas brutais da exploração capitalista tal como existiam antes do 25 de Abril, a destruição ou inviabilização das grandes transformações democráticas nas estruturas socio-económicas, a criação no imediato de uma situação não constitucional, a recuperação pela reacção do aparelho de Estado e a tentativa de eliminar das Forças Armadas o 25 de Abril.

Álvaro Cunhal acrescentou que as forças reaccionárias manifestam a intenção efectiva de agravar a nossa dependência face ao imperialismo com o objectivo de utilizarem essa dependência como factor de pressão na situação interna. As forças reaccionárias

tentam ainda impedir que o nosso povo possa decidir o seu futuro através do processo eleitoral e preparam ainda uma tentativa de «revisão inconstitucional da Constituição», desrespeitando nomeadamente o seu Artigo 290.º. O objectivo desse ataque global, como afirmou o Secretário-Geral do PCP, «é um verdadeiro golpe de Estado».

Contra os planos da reacção e a política do governo Mota Pinto/PPD que, além do mais, não irá resolver nenhum dos problemas do nosso país, o camarada Álvaro Cunhal apelou «à unidade de todos os democratas e patriotas», insistindo na necessidade de entendimento entre comunistas e socialistas.

Há muitos perigos e perigos reais para a democracia

portuguesa, afirmou ainda o camarada, que manifestou, por outro lado, a convicção de que as forças democráticas e o povo português se encontram em condições de sustentar o ataque global contra o regime democrático.

Durante o período de perguntas e respostas, foram levantadas por participantes na sessão algumas questões que se podem considerar como preocupações de muitos portugueses. Algumas delas destacamos separadamente na nossa edição de hoje. Pode afirmar-se, entretanto, que dezenas de questões foram colocadas, demonstrando o interesse suscitado entre os assistentes a esta sessão, e o modo vivo e caloroso como decorreu.

# Perguntas e respostas

Não são, obviamente, todas as questões que foram colocadas durante a sessão de Coimbra, mas sim aquelas que despertaram um interesse maior as que se publicam hoje. Resumidamente se publicam também respostas do camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP.

• **Estamos ou não ainda a viver um processo revolucionário?**

Um processo revolucionário é uma transformação social que pode ter lugar num curso prolongado em que há situações diversas de crise revolucionária, situações de conflitos muito agudos, e pode também haver situações de uma certa acalmia dos conflitos, de certos retrocessos do processo.

Uma crise revolucionária, ou uma situação revolucionária, é um período determinado em que se podem dar transformações profundas e rápidas através da luta revolucionária das massas.

O nosso Partido, no seu VI Congresso, o último realizado na clandestinidade, caracterizou a revolução portuguesa na etapa actual como uma revolução democrática e nacional.

Democrática, porque se tratava não só de conquistar as liberdades políticas mas também, no domínio económico e das estruturas económicas, da liquidação de estruturas não democráticas, (o capitalismo monopolista de Estado e os latifúndios) e da criação de uma nova economia que assegurasse não apenas a democracia política, mas também a democracia económica e social. Definimos esses grandes objectivos e caracterizámos a revolução portuguesa na etapa em que nos encontramos de desenvolvimento do capitalismo como uma revolução democrática e nacional.

Já depois do 25 de Abril, alguns desses objectivos fundamentais foram atingidos: as liberdades democráticas, a liquidação dos grupos monopolistas, a Reforma Agrária. Não foram atingidos outros, nem realizados completamente estes. Podemos portanto dizer que a revolução democrática e nacional não está ainda realizada, particularmente no que respeita à libertação do imperialismo estrangeiro, que nós associávamos (ou punhamos em estreita ligação) também com a libertação das colónias portuguesas, dizendo que Portugal não podia ser livre enquanto dominasse outros povos, que Portugal não podia ser livre enquanto países imperialistas dominarem Portugal. Se é certo que a revolução democrática e nacional não podemos dizer que, no que respeita à submissão ao imperialismo estrangeiro, se tenham dado passos substanciais. Isto significa que a revolução democrática e nacional definida pelo nosso Partido não está completada. Revolução democrática e nacional que nós compreendíamos como um passo para o socialismo e que podia ser a antecâmara da revolução socialista. Mas essa revolução ainda não foi terminada. Quer dizer que um processo revolucionário ainda continua, é um processo revolucionário que não está ainda completado, que pode ter vários momentos, pode ter fluxos e refluxos. Podemos dizer que estamos num processo revolucionário mas não num período de situação ou de crise revolucionária.

• **A direita tem apoios militares que lhe permitam desencadear um golpe de Estado neste momento?**

Pensamos que nas Forças Armadas portuguesas ainda há força democrática bastante para cortar o passo a uma tentativa da extrema-direita para um golpe de tipo «Pinochet». Mas isto não

significa que a direita não tenha apoios militares. Certamente que os tem.

(...) Agora sim, há um outro perigo que não é o golpe militar mas é aquilo que nós chamamos um golpe de Estado, que não se traduz na saída de tropas para a rua, de tanques que vão ocupar pontos estratégicos como é clássico nos golpes militares, mas que, entretanto, por um sistema de pressão, de transformação da situação político-militar, pode levar a uma situação em que é fácil uma mudança de governo, uma mudança de política sem que entretanto se tenha manifestado através de um golpe, da acção de tropas.

Quando na minha intervenção inicial falava em todo o esforço da reacção para afastar o 25 de Abril das Forças Armadas, é precisamente para criarem as condições para que as FAs possam intervir sem ser por um golpe, mas pela sua presença de força para proteger uma transformação da situação política no sentido da regressão ao passado, no sentido da regressão ao poder monopolista. (...)

• **Qual a previsão do PCP sobre a duração do Governo de Mota Pinto?**

Gostaríamos de poder dizer: sim, camaradas, é para amanhã, mas na verdade não temos essa previsão e não nos parece que seja mesmo para amanhã. Este governo pode durar mais, pode durar menos, até podia durar muito pouco se os socialistas quizessem entender-se com os comunistas e dissessem na Assembleia da República: é necessário um governo democrático. Mas vejamos, camaradas: eles disseram já que estão contra a política do MAP em relação à Reforma Agrária (...). Entretanto não vemos da parte do PS a vontade de dar andamento rápido para ser aprovada essa lei.

(...) Quando ouvimos dirigentes do PS gabar Mota Pinto; quando vemos o grupo parlamentar do PS deixar passar o governo Mota Pinto e quando vemos que o PS tem tanto medo das eleições antecipadas que recia que a queda do governo Mota Pinto seja o prefácio das eleições, pensamos que, pelo menos, ele vai deixar passar toda a política do governo Mota Pinto sem criar grandes dificuldades até passar aquele prazo, previsto como prazo mínimo, para a realização de eleições antecipadas.

(...) Mota Pinto até 1980 ou não, não podemos dizer nada. O que dizemos é que ele não vai resolver os problemas nacionais e também que depende da luta do nosso povo que ele dure ou dure menos.

• **A direita vai meter o PCP num «ghetto»?**

O Partido num «ghetto», portanto isolado. Mas isolado de quê? Se for isolado do PPD, isolado do CDS, pode ser, está bem. Mas já não digo que pode ser isolado do PS. Há muitos socialistas que não deixam, continuam a querer colaborar conosco. E mesmo que haja aliança à direita do PS não podemos dizer: «abre-se um fosso tão fundo entre comunistas e socialistas que nunca mais se entendem». Nós faremos tudo para nos entendermos e em muitos aspectos continuaremos a entender-nos com os socialistas.

Queremos dizer que estamos isolados do nosso povo, dos trabalhadores? Quanto mais eles praticarem uma política de direita e o PCP aparecer numa posição efectiva, firme e determinada, ao lado das massas populares, não é ao isolamento que estamos condenados. O apoio ao PCP será cada vez mais largo.

# DISCURSO DO CAMARADA ÁLVARO CUNHAL

Camaradas:

Depois da última reunião plenária do Comité Central do nosso Partido realizada no passado dia 15, muita gente perguntou: «Qual é, segundo o PCP, a perspectiva que, na actual situação política, se apresenta ao povo português?»

O CC do nosso Partido respondeu a esta questão com duas afirmações essenciais.

A primeira. A reacção desencadeou um ataque global contra o regime democrático tendo em vista a instauração de uma nova ditadura a médio prazo. O povo português defronta por isso novos e sérios perigos e ameaças.

A segunda. O povo português tem força bastante para fazer frente e cortar o passo à reacção, defender as liberdades e as outras conquistas de Abril e assegurar a construção de um Portugal livre, democrático e independente tendo no horizonte a sociedade socialista.

## O Governo Mota Pinto/PPD agrava os problemas nacionais

Muitos dos presentes certamente viram e ouviram o Primeiro-Ministro Mota Pinto falar pela TV no passado dia 22.

Podia esperar-se que o Primeiro-Ministro viesse dizer aos portugueses o que pensa fazer para resolver os grandes e graves problemas nacionais, para melhorar o nível de vida dos portugueses, para diminuir o desemprego, para impulsionar a produção, para garantir a independência nacional.

O Primeiro-Ministro falou muito, mas quanto a soluções para os problemas, nada adiantou de concreto.

Mas, tanto pelo que diz como pelo que faz, vê-se bem onde quer ir.

Prende este governo rectificar a política que nos últimos três anos levou Portugal à beira do desastre? Pretende ao menos corrigir os seus aspectos mais negativos?

Não. O Governo Mota Pinto/PPD, apesar de fazer um ataque violento aos governos anteriores, não só não pretende rectificar como pretende agravar os aspectos mais negativos da política desses mesmos governos.

É isso que se viu e é isso que está a ver-se. A que conduziu e a que conduz a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista?

Conduziu e conduz à entrega em série ao patronato sabotador de empresas justamente intervencionadas, de tal forma que, no total de 119 empresas já desintervencionadas, 97 foram devolvidas aos antigos patrões, muitos dos quais tinham praticado toda a espécie de fraudes e irregularidades e actos de deliberada sabotagem.

Conduziu e conduz à entrega ilícita, aos antigos senhores dos monopólios, de empresas em dificuldades que têm grandes dívidas à banca nacionalizada, como no caso recente da Mondex, da Ritec, da Calceix, da Outex, empresas têxteis do grupo Mondego, vendidas ilicitamente ao grupo Mellos-Deutsche Bank-Morgan sem que os interesses do Estado, os interesses da banca nacionalizada, a quem eles devem somas enormes, fossem assegurados.

Conduziu e conduz a medidas de escandalosa protecção às grandes empresas de tipo monopolista ferindo os interesses dos trabalhadores e dos pequenos empresários como é o caso do recente despacho que, repetindo um outro do Xavier Pintado no tempo da ditadura, autoriza a abertura aos sábados à tarde do «Pão de Açúcar», empresa escandalosamente desintervencionada.

Conduziu a casos como o da Alco, (Algodoeira Comercial e Industrial da Ponte da Pedra), altamente rentável, empresa na qual o BPA tem 98% do capital, cuja venda por um preço muito abaixo do seu valor teria sido consumada se não fosse o desmarcamento a tempo da transacção que estava em curso e o escândalo provocado.

Conduziu e conduz a tentativas para venda ilícita ao sector privado (designadamente aos Mellos e comparsas), da parte que o Estado tem em empresas como a SONAE da Maia, a NOVOPAN da Lordosa, a PRECIX de Camarate, a C.ª Portuguesa de Cobre, a SOVENA, a GAZINA, a GELEX, e outras.

Conduziu à entrega de terras expropriadas aos latifundiários e à restauração de numerosos latifúndios, de tal forma que 100 000 hectares de boas terras, 20 000 cabeças de gado, 1 200 máquinas e alfaias foram já arrancadas às UCPs e Cooperativas, 24 UCPs e Cooperativas foram destruídas, 13 000 trabalhadores foram lançados ao desemprego.

Conduziu e conduz diariamente a ilegalidades revoltantes como a de um tal senhor Custódio Falcão Nunes que explora 3 077 ha, isto é, uma extensão que corresponde a uma faixa de terra de 100 metros de largo e 300 quilómetros de comprimento e que, ainda não satisfeito pede duas reservas para serem arrancadas aos trabalhadores.

Conduziu à instalação no Governo, em postos-chave, de pessoas directa, pessoal e materialmente interessadas na recuperação capitalista e latifundista, como é o caso do Secretário de Estado do Fomento Agrário que, usando dos seus poderes no Governo, se prepara para arrancar ilicitamente aos trabalhadores uma Cooperativa centenas de hectares de terra.

Conduziu e conduz à entrega graciosa de centenas e centenas de milhares de contos do erário público, do dinheiro da Nação, aos grandes capitalistas e agrários, de tal forma que por exemplo o Decreto-Lei n.º 2/79 sobre indemnizações provisórias aos agrários, elaborado pela actual equipa do MAP, constitui a regulamentação de um autêntico saque das riquezas nacionais e de bens legais e legitimamente expropriados, pois finge ignorar as dívidas dos agrários à Banca Nacionalizada e a empresas como a Quimigal, não deduz das indemnizações os subsídios de 8 500 escudos mensais recebidos pelos agrários, dá aos agrários o correspondente à cortiça criada na altura da expropriação e atribui aos agrários mais uma indemnização para a exploração futura, indemnização tanto maior, quanto mais atrasado era o latifúndio.

Conduziu e conduz a uma cada vez mais alarmante dependência do imperialismo, através de cedências e concessões que se tem de considerar uma verdadeira capitulação nacional.

## O ataque às liberdades e o assalto à Comunicação Social

Nas condições de Portugal, a defesa da democracia económica e social é inseparável da defesa da democracia política.

A defesa das liberdades é inseparável da defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo de gestão e de outras grandes reformas e transformações democráticas alcançadas pelo povo português.

Uma política e uma prática governativas que pretendem restaurar o poder económico e político dos monopólios e latifundiários são necessariamente uma política e uma prática antidemocráticas.

A tentativa de imposição aos trabalhadores de uma exploração desenfreada, a ofensiva contra as conquistas da Revolução, o novo saque dos recursos nacionais pelos grandes capitalistas e agrários, não são conciliáveis com as liberdades e os direitos dos cidadãos.

A experiência dos últimos três anos mostra e demonstra que uma tal política necessariamente continuará a encontrar a justa resistência das massas populares no uso legítimo das liberdades e direitos que a Constituição e as leis lhes conferem.

Mas mostra e demonstra qualquer coisa mais. A experiência dos últimos três anos mostra e demonstra, que, desde que os portugueses mantêm as liberdades e direitos de expressarem a sua opinião pela palavra e por escrito, de se organizarem, de se reunirem, de se manifestarem, de fazerem greve, em suma, desde que, continuemos a viver num regime democrático, a reacção tem extrema dificuldade em realizar os seus planos de destruir o 25 de Abril. Mais precisamente: não os realizará.

Por isso, de forma crescente, os últimos governos têm recorrido a medidas de carácter repressivo para imporem as suas decisões.

Por isso, para aplicação de decisões prepotentes e ilegais, lançam destacamentos armados, blindados, cavalaria, automáticas e cães, contra os trabalhadores.

Temos por diante uma luta complexa e dura, ameaças, obstáculos e perigos.

A Revolução de Abril está porém viva nos sentimentos, na vontade e na determinação dos trabalhadores, dos democratas e patriotas portugueses.

Na quarta-feira, dia 24, a grandiosa jornada de solidariedade para com a reforma agrária — a paralisação geral do trabalho na zona da Reforma Agrária, distritos de Santarém, Portalegre, Évora, Beja e Setúbal — as grandiosas concentrações debaixo de chuva, as paralisações e concentrações nas zonas industriais de Lisboa e Setúbal mostram bem que quem se isola do povo não são aqueles que defendem as conquistas da Revolução, mas aqueles que as atacam, mostram também a determinação do nosso povo em defender as conquistas de Abril.

Por muito grossa voz que faça a reacção, continuamos a estar certos, amigos e camaradas, que a vitória é difícil mas será nossa.

A todas estas actuações inconstitucionais e ilegais conduziu e conduz a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

Mas não conduziu nem conduz à solução de um único dos grandes problemas nacionais, antes conduziu e conduz ao agravamento progressivo de todos eles.

A situação dos trabalhadores e da população laboriosa em geral foi consideravelmente agravada, pelo congelamento dos salários, a alta monstruosa do custo de vida, a limitação de regalias sociais, os despedimentos e o desemprego.

Não bastaram os pacotes, o aumento incomportável dos preços da carne, do peixe, dos legumes, da electricidade e do gás. Agora o Governo Mota Pinto/PPD, promete mais. Promete a revisão do regime das rendas de casa, confessando que «o acréscimo de rendas» pode tomá-las «incomportáveis para o orçamento familiar». (Ministro das Obras Públicas. Entrevista ao J.N. 20/1/79).

E ontem mesmo, pela TV, ouvimos o ministro das Finanças prometer congelar no máximo de 18% o aumento anual dos salários nominais, o que representará abaixo dos salários reais; prometer novo e próximo aumento do preço da gasolina; prometer novo imposto para que o povo cubra o défice do OGE.

As classes e categorias sujeitas a discriminações e de mais baixos rendimentos, designadamente mulheres, jovens, reformados, deficientes — são mergulhados em dificuldades que tocam a miséria.

Os pequenos e médios agricultores são estrangulados pela falta de crédito, pelos preços não compensadores, pelas dificuldades na comercialização e os rendeiros são complementariamente vítimas das prepotências e despejos movidos pelos senhorios ricos ao abrigo da lei do arrendamento rural do PPD, no qual, infelizmente muitos trabalhadores e muitos rendeiros certamente iludidos votaram nas eleições. É bom que aqueles que trabalham no campo colham a experiência da vida, para que amanhã não sejam mais uma vez enganados e não vão votar nos partidos reaccionários, mas sim nos partidos que defendem os seus interesses.

Naturalmente, camaradas, que nós não estamos no período eleitoral e eu não quero fazer propaganda eleitoral. Mas desde já creio poder afirmar que há muitos homens e mulheres deste País que votaram no PPD e que votaram no CDS, homens que de certo foram enganados pela propaganda reaccionária, e que em futuras eleições votarão no PCP.

Sabemos bem que a agricultura sofre também desta política e sabemos bem como uma decisão recente do governo da importação de 800 000 hectolitros de vinho, está já a causar dificuldades aos produtores porque já há uma contenção das compras do vinho, já ninguém compra o vinho nacional à espera que venha a importação de vinho mais barato do estrangeiro. E se tomarmos a batata em Trás-os-Montes diz-se que há 5000 vagões de batata e entretanto a JNF promete apenas a compra de 700 vagões. Nós perguntamos a quem é que vão vender os outros 4300 vagões de batata.

Em Trás-os-Montes os partidos da direita tiveram uma grande votação, mas, no dia em que os camponeses, os pequenos e médios agricultores, a população trabalhadora dessas regiões compreenderem finalmente quem defende os seus interesses, não irão mais os seus votos para a direita, os votos serão para aqueles que defendem os seus interesses e compreenderão que o PCP, o partido dos trabalhadores, é o melhor defensor dos interesses daqueles que trabalham no campo.

O agravamento dos impostos, as limitações do crédito e as altas taxas de juro, a estagnação das actividades produtivas, a restrição do mercado interno resultante da baixa do nível de vida dos trabalhadores e da estagnação económica, criam dificuldades insuperáveis, conduzem à ruína e à falência numerosos pequenos e médios comerciantes e industriais.

E apesar de todos esses grandes sacrifícios exigidos ao povo, e como seu resultado, a situação económica e financeira do País degrada-se cada vez mais. O défice da balança comercial galopa de 50 milhões de contos em 1975, para 73 milhões em 1976, 112 milhões em 1977, e previsivelmente, de 130 a 140 milhões em 1978. E, endividamento através de endividamento, a dívida externa, sustendo a economia portuguesa como a corda sustém o enforcado, sobe a 250 milhões de contos pelos quais se pagam anualmente ao estrangeiro 20 milhões de contos de juros.

Insistindo e intensificando os aspectos mais negativos da política dos governos PS/PPD/CDS e N. da Costa, o Governo Mota Pinto/PPD como qualquer outro governo reaccionário que lhe suceda, não só não resolverá como agravará todos os grandes problemas nacionais.

Os factos mostram que a solução dos graves problemas nacionais não pode ser alcançada com a acentuação de uma política de direita, de uma política que visa a restauração do poder económico e político dos monopólios e latifundiários, mas com um novo governo e uma nova política, com uma política democrática ao serviço do povo e do País.

Por isso se negam a respeitar liberdades e direitos fundamentais, pondo-lhes limites e restrições arbitrárias.

Por isso multiplicam as discriminações profissionais, as perseguições, os saneamentos e despedimentos de democratas.

Por isso, sob o falso pretexto (invocado pelo Primeiro-Ministro) do «reforço do aparelho do Estado democrático», se multiplicam as depurações e os saneamentos de democratas, mas com o fim completamente inverso do declarado, com o fim de minar por dentro o Estado democrático, colocando em toda a parte fascistas e reaccionários.

Por isso, seguindo os métodos de depurações do tempo do governo PS e PS/CDS, o Governo Mota Pinto prossegue os saneamentos, correndo, sem cerimónias, do aparelho do Estado numerosos socialistas, como Igrejas Caetano e como agora os governadores civis de Viana do Castelo, de Aveiro e Leiria. Podendo perguntar-se se estes saneamentos são feitos apenas porque os partidos reaccionários no poder começam a sanear socialistas do aparelho de Estado ou se haverá compromissos em que possa haver trocas e negociações de toda a este cargo que eu fico com aquele. É necessário que sobre este ponto sejam dadas explicações muito cabais pois, se porventura ninguém entrou em negociações para troca (por exemplo, de governadores civis por dirigentes da UGT), é necessário que estas coisas sejam explicadas para que certos rumores não corram de boca em boca e não se tomem verdadeiras coisas que porventura o não sejam.

Por isso, procuram retirar aos trabalhadores e às forças progressistas o uso de edifícios e recintos para as suas iniciativas, como é o caso da Fil e do Jamor ao nosso Partido, como é agora a tentativa de retirar à Interdisciplinar o Estádio 1.º de Maio e as instalações do INATEL.

Por isso reclamam e preparam novas regulamentações limitativas das liberdades e direitos dos cidadãos, de forma que, quando o Primeiro-Ministro, na sua conversa televisiva, anuncia «uma equilibrada legislação laboral», não faz mais do que ir ao encontro das exigências dos partidos reaccionários e da CIP, que reclamam «alterações substanciais» ao regime jurídico da greve

e das comissões de trabalhadores, ao regime das actualizações salariais, ao regime da cessação do contrato individual de trabalho, das férias, feriados e faltas, das empresas em autogestão e intervencionadas.

Uma das grandes diferenças, camaradas, entre a democracia compreendida pelos capitalistas e a democracia compreendida pelos trabalhadores numa sociedade socialista é que nas sociedades capitalistas, nas democracias burguesas, na Constituição está a liberdade de reunir, de manifestar, mas quem tem o dinheiro, para as grandes tipografias, quem tem o dinheiro para os grandes edifícios, são os capitalistas que procuram recusar aos trabalhadores as possibilidades materiais de exercer livremente os seus direitos.

Aqui no nosso país, há liberdade de reunião, há liberdade de manifestação. Mas quando os partidos do capital entram no governo, logo começam a cortar as possibilidades práticas, as possibilidades materiais de que os trabalhadores tenham as suas iniciativas de massas. Por isso nos tiram a FIL, por isso nos tiram o Jamor e por isso dizem à Intersindical que tem de sair do edifício do INATEL e por isso, numa decisão vergonhosa, procuram recusar à Intersindical o Estádio 1.º de Maio; para as manifestações do 1.º de Maio, em Lisboa, sob o pretexto de que uma pretensa Central Sindical que nem sequer existia, essa pretensa Central Sindical, a UGT, tinha pedido dois dias antes o Estádio 1.º de Maio para a manifestação do 1.º de Maio. Vê-se que os partidos do capital, quando dispõem do governo, não respeitam as liberdades, não respeitam os direitos dos trabalhadores, antes procuram impedir o seu exercício efectivo. Pois nós dizemos, camaradas, podem tirar-nos um edifício, podem tirar-nos um recinto. Trabalharemos e temos força bastante para levar por diante as nossas grandes iniciativas de massas. Não calarão a voz ao Partido Comunista e continuaremos as nossas grandes realizações.

**As palavras e actos do governo em relação às Comissões de Trabalhadores exemplificam eloquentemente o seu propósito de restringir as liberdades e direitos fundamentais dos trabalhadores.**

Todos nos recordamos que, ao longo de dezenas de anos de luta nas condições do fascismo, defrontando a repressão, as ameaças, as perseguições, os trabalhadores criaram uma forma de organização democrática e representativa — as Comissões de Trabalhadores, que se tornaram uma prática constante, corrente e geral e desempenharam um papel de vital importância na luta contra a exploração patronal e fascista, na defesa dos interesses de classe, na luta pela liberdade.

O fascismo e os fascistas que declaravam não reconhecer essas Comissões, eram quotidianamente obrigados a negociar com elas.

Foi uma grande conquista dos trabalhadores que a instauração da democracia e designadamente a Constituição, vieram a consagrar.

Pois bem, o governo actual, o governo Mota Pinto/PPD, retoma os ataques dos governos fascistas contra as Comissões de Trabalhadores, e o Primeiro-Ministro, de forma insultuosa, chama-lhes "grupos ou comissões vulgarmente designados por Comissões de Trabalhadores" esquecendo-se talvez de que o seu governo nem sequer é "vulgarmente designado" como governo constitucional.

Em conformidade com estas e outras proclamações antidemocráticas, sucedem-se decisões arbitrárias e anticonstitucionais e ilegais do governo e do patronato reaccionário.

São postas drásticas restrições à actuação das Comissões de Trabalhadores da Função Pública. É proibida coercitivamente (7/1/79) a intervenção legal e constitucional dos trabalhadores na realização de um inquérito acerca do projecto da área de Sines e das funções e gestão do gabinete.

É proibida a realização de eleições da Comissão de Trabalhadores no Teatro Nacional de S. Carlos de Lisboa (23/1/79).

Na fábrica de Cabos Eléctricos Diogo d'Ávila a Administração dificulta ilegalmente a acção das CT.

## Defesa da Constituição defesa da democracia

A acção do Governo Mota Pinto/PPD e das forças reaccionárias inserem-se (como o CC do PCP sublinhou na sua reunião plenária do dia 15) no plano global da reacção para liquidar o regime democrático.

Como o CC sublinhou, a reacção procura, no mais curto espaço de tempo, restaurar as formas brutas da exploração capitalista.

Procura destruir as nacionalizações e a Reforma Agrária e entregar as empresas, as terras, os recursos financeiros do Estado e toda a economia nacional ao grande capital e aos grandes latifundiários.

Procura instaurar de facto, na prática governativa, uma situação anticonstitucional.

Procura levar a cabo uma depuração geral do aparelho do Estado, saneando democratas e patriotas e colocando em pontos chave fascistas e reaccionários.

Procura eliminar das Forças Armadas o 25 de Abril.

Procura agravar a dependência de Portugal em relação ao imperialismo estrangeiro para que as pressões e ingerências deste se multipliquem.

Procura criar as condições políticas e os instrumentos necessários (incluindo uma nova lei eleitoral) que tomem futuras eleições uma mascarada digna dos tempos de Marcelo Caetano.

E, como eixo e objectivo global, procura criar as condições para uma revisão inconstitucional da Constituição.

Na campanha que se desenvolve neste sentido, com apoio nos meios de comunicação social do Estado, participam governo, partidos reaccionários como o PPD, CDS, PPM, PDC, MIRN e outros semelhantes, organizações do grande patronato como a CIP, a CAP e a CCP, e o pseudo Congresso das Actividades Económicas, membros capitalistas de hoje e grandes capitalistas do antigamente, grandes do governo actual e ex-ministros dos governos fascistas, teóricos venais e propagandistas pidescos sem escrúpulos nem vergonha.

O Primeiro-Ministro, que tem o dever indeclinável de respeitar a Constituição, numa entrevista dada à "Capital" (4/1/79) desenvolve toda uma argumentação pela qual procura apresentar os defensores da Constituição como gente de vistas estreitas "amarradas à letra da lei" e procura apresentar os que querem a revisão inconstitucional da Constituição como gente de princípios, avessa à "vinculações para a eternidade" (refere-se por exemplo à impossibilidade hoje de restaurar os monopólios e os latifúndios) e tendo portanto razão nas suas pretensões.

O Dr. Sá Carneiro, querendo colocar-se no centro do debate, avança um projecto de nova Constituição que, nos seus próprios termos, é uma proposta de revisão inconstitucional.

Dantes, quando o rei ou a rainha, apresentava um texto constitucional, não se chamava Constituição, era a Carta Constitucional. Mas agora, o Dr. Sá Carneiro (nem é o PPD, é o Dr. Sá Carneiro) apresenta a sua Constituição. E já a pós à discussão em todo o País.

Naturalmente que o Dr. Sá Carneiro ao fazer sozinho uma Constituição quer dar mostras de alta competência, dos seus altos conhecimentos na matéria. Mas, oh tristes! Ao escrever a sua Constituição e ao exibir a sua alta competência em matéria técnico-jurídica, escreve, escreve, escreve, mas palavras à palavra, cópias de textos de livro escrito por Vital Moreira e por outro constitucionalista. Uma pessoa até pode reproduzir textos de outros escritores, isso não tem mal. Mas põe antes umas comazinhas e no fim outras comas e põe entre parêntesis, do livro tal, página tal. Mas no caso é copiar, copiar, copiar.

Não sei quais são os projectos do Dr. Sá Carneiro. Não sei se quer ser Presidente do Conselho, Primeiro-Ministro ou Presidente da República. Também não sei se já há negociações, pataca a ti pataca a mim, eu sou Presidente da República tu és Primeiro-Ministro. Também não sei. Em qualquer caso apresentar um projecto de Constituição e revelar-se o copião, o copião, o copião, é caso para pegar um tólforo ao papelucho.

Já há quem diga que, nos escritos de Sá Carneiro, o que possa haver de bom é copiado e o que possa haver de novo não presta.

O CDS acompanha o coro.

Os mais acirrados defensores da integração no Mercado Comum proclamam que a revisão constitucional é condição para a integração.

O senhor Vasco de Melo, presidente da CIP, que em 1974 e 1975 batia às portas de S. Bento e até do meu próprio gabinete para jurar fidelidade à jovem democracia portuguesa, diz agora insultuosamente que a Constituição é "um papel", palavra esta que mostra bem como certa gente se coloca abertamente no campo da ilegalidade.

O próprio sr. Champallimaud exige, como condição para retomar as suas actividades em Portugal (actividades como monopolista e actividades políticas, pois na sua modesta aceita

Na Petrogal, a gerência (5/1/79) anuncia que não mais prestará informações à CT sobre a situação da tesouraria.

Na Sugal (Azambuja) a Administração despede os 13 trabalhadores que constituem a CT e a sindical.

Na Xavier de Lima, na Facar desintervenida, numa série de empresas aqui citadas pelo camarada Oliveira e em muitas outras empresas, são perseguidos ou despedidos os membros das CT e instalado um clima policial.

Creio, camaradas, que estais de acordo comigo, em reclamar que cessem estas medidas inconstitucionais e ditatoriais e que o governo respeite de facto o direito dos trabalhadores formarem as suas Comissões, direito que está consagrado na lei fundamental do País e que o senhor Primeiro-Ministro, tem estrita obrigação de respeitar e aplicar.

Creio, camaradas, que estareis também de acordo comigo, ao dizer que os trabalhadores, que, no tempo do fascismo, souberam criar, defender e acionar as suas Comissões, não aceitarão decisões ilegais que, no tempo da democracia, visam impedi-la.

Nem o governo, nem a reacção conseguirão liquidar ou espartilhar esta forma provada de organização que são as Comissões de Trabalhadores.

Queira ou não queira a reacção, os trabalhadores, continuarão a exercer o seu direito de organização, continuarão a formar as suas Comissões, a reforçar o seu carácter democrático e a sua estreita ligação com as massas.

O recente assalto do governo aos meios de comunicação social é um exemplo acabado de violação das liberdades e direitos democráticos, de procedimento ilegal, autoritário e despótico.

Contra a Constituição e contra as leis, é demitido um director de programas da RDP, é nomeada uma Comissão Administrativa, é-lhe dada posse ilegítima, a que se seguem novas perseguições, substituições e demissões de democratas nos órgãos de comunicação social e a entrada para lugares de chefia de jornalistas de pasquins reaccionários como "O Dia", "Jornal Novo" e outros.

As ilegalidades chegam ao ponto de que a decisão do Conselho de Ministros de 10 de Janeiro para nomeação da Comissão Administrativa da RDP se baseou num decreto-lei que ainda não estava sequer aprovado!

Contra tais decisões elevam o seu protesto a Assembleia da República, os sindicatos, os partidos democráticos. No Conselho de Informação votaram contra essas decisões, não apenas os representantes do PCP, mas também os do PS e a maioria do PPD.

Tal qual como o CDS nas regiões autónomas, em que com uma mão está ligado aos bombistas e com a outra mão escreve comunicados a dizer que está contra o terrorismo, também o PPD com uma mão no Governo toma as medidas contra os trabalhadores e com a outra escreve o desacordo com medidas do próprio Governo para se tornar um pouco menos antipático aos olhos da população portuguesa.

Se acusamos o Governo não é por cumprir a lei, mas precisamente por tomar decisões arbitrárias e prepotentes, de infringir a legalidade democrática, de em numerosas das suas decisões desrespeitar ostensivamente as leis do país, a começar pela lei fundamental que é a Constituição da República Portuguesa e que (repetimos) o Governo Mota Pinto/PPD como qualquer outro governo deve absoluto respeito.

O povo português que sofreu durante quase meio século a asfixia e a repressão fascista conhece bem o valor das liberdades.

Creio, camaradas, que estareis de acordo comigo, ao dizer que o povo português, os democratas e patriotas portugueses, não se curvarão ante as ilegalidades e o despotismo, lutam e lutarão, no quadro das instituições e do regime para defender e assegurar as liberdades democráticas, para impedir o regresso ao tenebroso passado fascista e para garantir a continuação do Portugal de Abril.

explicitamente poder vir a ser Primeiro-Ministro ou candidato à Presidência da República (19/1/79), que a Constituição seja revista e destruída.

O "Jornal Novo" (17/1/79) de madame Roseta ataca violenta e desbragadamente a normalidade constitucional, insultando o Presidente da República que acusa de estar "atado no atoleiro de uma incrível situação".

Os propagandistas reaccionários chegam ao ridículo de afirmar como faz "O Tempo" (24/1/79) que o PCP não é democrático porque certamente não está disposto a assinar um projecto de Constituição como o de Sá Carneiro.

E, para desencanto de muitos membros e eleitores do PS, também dirigentes do PS, como Jaime Gama, aparecem na mesma altura a dar uma achega à campanha reaccionária em curso.

O que é espantoso é que isto se escreva, isto se leia, isto se repita, isto se propague.

Entretanto, o que faz lei em Portugal não são os projectos de revisão constitucional da reacção, mas a Constituição da República Portuguesa, aprovada pela Assembleia Constituinte eleita em sufrágio universal.

Os defensores da legalidade não são aqueles que já hoje violam a Constituição e as leis, mas aqueles que exigem o respeito por uma e outras.

Os democratas não são aqueles que querem destruir o regime democrático, mas aqueles que o defendem.

Os portugueses não se devem iludir.

O ataque global agora em curso, não é para alterar ou actualizar tal ou tal preceito constitucional. Ele tem como fim destruir a Constituição e, destruindo a Constituição, destruir o regime democrático e instaurar uma nova ditadura.

Defender a Constituição é defender o regime democrático.

A Constituição da República Portuguesa foi elaborada e aprovada pela única entidade à qual competia eleborá-la e aprová-la: a Assembleia Constituinte.

Não é o sr. Sá Carneiro, nem os partidos reaccionários, nem o grande patronato e ainda menos o Governo que poderão rever a Constituição.

Só a futura Assembleia da República, resultante das eleições de 1980 pode rever a Constituição e só pode legalmente fazê-lo no quadro indicado pela própria Constituição.

Foram os representantes eleitos do povo que fizeram a Constituição. Só os representantes eleitos do povo a poderão modificar.

Por força da lei, qualquer revisão terá de respeitar, obrigatoriamente, numerosos elementos constitutivos do regime democrático, como a unidade do Estado, os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, direitos dos trabalhadores, das comissões de trabalhadores e das associações sindicais, a eliminação dos monopólios e dos latifundiários, o sistema de representação proporcional, a autonomia das autarquias locais, e muitos outros.

E além disso será preciso que dois terços dos deputados da Assembleia da República eleita em 1980 aprovem a revisão.

Ora a verdade é que os partidos reaccionários não alcançaram a maioria em futuras eleições e muito menos uma maioria de dois terços.

Por isso podemos afirmar.

Primeiro, que no quadro das instituições, no quadro legal, não é possível aquela revisão constitucional, tal como as forças reaccionárias exigem.

Segundo, que qualquer tentativa para a revisão da Constituição fora do quadro constitucional e legal tem de ser considerada como uma tentativa subversiva de um autêntico golpe de Estado.

A campanha reaccionária procura criar a ideia de que a alteração radical da Constituição e a destruição do regime democrático estão próximas e são coisas inevitáveis.

Eu vou contar um facto, até parece anedota, mas é verdade. Um jornalista há dias perguntou-me o seguinte: "Ouça lá, agora depois da proposta do Dr. Sá Carneiro os outros partidos não têm que apresentar as suas propostas dentro de 30 dias?"

Quer dizer, já confundem uma acção propagandística com a acção da futura Assembleia da República em 1980, onde, quando um partido fizer entrar um projecto de revisão constitucional na Assembleia, os outros partidos têm 30 dias para apresentarem os seus projectos. Isto mostra o ambiente que querem criar de forma a convencer muita gente de que já está a ser revista a Constituição. Não, não está. Ela será revista, se o for, por dois terços da futura Assembleia, eleita nas eleições de 1980. E será revista, se for revista, estamos convencidos para garantir a democracia portuguesa e para não tocar naqueles

princípios essenciais que segundo a Constituição não podem ser revistos pela Assembleia da República eleita em 1980.

O povo português não se deve deixar impressionar por essa campanha.

## A força e a unidade dos trabalhadores contra o divisionismo

Donde nos vem esta confiança na capacidade de defender as liberdades e as outras conquistas de Abril, de defender e assegurar o regime democrático consagrado na Constituição? Vêm-nos, camaradas, da nossa profunda e inabalável confiança nos trabalhadores portugueses, no povo português. Há razões para essa confiança.

Quaisquer que sejam as irregularidades, incertezas, obstáculos, e perigos do processo de democratização da vida nacional, quem decidirá em última instância do futuro da nossa pátria é o próprio povo. E o povo português (estamos absolutamente certos), decidirá contra o fascismo e contra a reacção, decidirá pela liberdade, pela democracia, pela independência nacional e, finalmente, pelo socialismo.

Tal como nós, as forças reaccionárias sabem também, por sua própria experiência que a unidade das forças democráticas e, em primeiro lugar, a força organizada e a unidade da classe operária e de todos os trabalhadores constitui um obstáculo intrinsecamente para os inimigos da democracia.

Por isso a intensificação da exploração, as ofensivas contra as conquistas de Abril e agora o ataque global da reacção contra o regime democrático, são acompanhados por nova operação visando dividir os trabalhadores e a sua capacidade de resistência.

Entre os grandes empreendimentos de divisão dos trabalhadores — no seguimento da "Carta Aberta" de triste memória e da "Madisca" de que já ninguém fala — conta-se a suja operação da chamada UGT.

Compreende-se que os jornais fascistas e reaccionários, a CIP-CAP-CCP, os grandes capitalistas e os grandes agrários, o PPD, o CDS e os micros PPM e PDC, aplaudam entusiasmados esta operação.

Mas estamos convencidos de que muitos trabalhadores socialistas perguntam a si próprios por que razão, numa altura em que se intensifica a exploração dos trabalhadores e se agravam as suas condições de vida, numa questão vital para a defesa dos interesses dos trabalhadores como é a sua organização e a sua unidade, a direcção do PS se entende com o PPD e o CDS, com o patronato reaccionário e com o imperialismo, para conjuntamente tentarem dividir e enfraquecer o movimento sindical e tentarem formar uma nova central, uma central amarela, ou mais precisamente (porque lá é ainda o PPD que pontifica) uma central cёр-de-laranja.

Nós sabemos que numerosos membros do PS e eleitores do PS (e talvez que aqui mesmo neste momento se encontrem alguns) não estão de acordo com tais actividades e com tais alianças da direcção do PS contra os trabalhadores e, tal como nós comunistas, consideram que os trabalhadores portugueses estão vitalmente interessados em defender a sua unidade sindical, o seu movimento sindical unitário.

A atitude do PS na questão sindical não é uma atitude isolada. É apenas uma confirmação da opção de classe da sua direcção, da sua opção em defesa do grande capital, dos latifundiários e do imperialismo. É uma confirmação da sua política de aliança com a direita, de aliança com a reacção, aliança essa, camaradas, que está a conduzir a uma grande desagregação do próprio Partido Socialista mas que representa também certos perigos para a democracia portuguesa.

Naturalmente que o PS tem todo o direito de ser um partido da direita, o que não nos parece legítimo é que um partido faça campanhas eleitorais apresentando-se como um partido de esquerda e que depois conduza uma política de direita e alianças com a direita reaccionária. Não nos parece legítimo, como sucedeu recentemente em Fanhões, que a lista do Partido Socialista consiga votos conduzindo uma campanha de esquerda, mas como a APU ganhou 47,6% dos votos, o PS entendeu-se com o único PPD eleito para criarem uma maioria e prejudicarem a maioria da APU. Se querem fazer uma política de direita digam abertamente perante o nosso povo que querem fazer uma política de direita. Se querem servir o capital digam ao nosso povo que querem servir o capital. Se querem servir o imperialismo digam que querem servir o imperialismo. Mas que não digam ao nosso povo que querem servir os trabalhadores, que querem a independência nacional, que querem uma política de esquerda, para depois se aliarem aos partidos reaccionários contra os trabalhadores, como se está a ver nessa lamentável realização — o Congresso da UGT — que hoje mesmo se está a realizar aqui no Porto.

Esta iniciativa divisionista, oleada por milhões de dólares e marcos alemães, aparece à nascença marcada pela fraude e a ilegalidade. Ilegal porque, à luz da actual lei das associações sindicais, é obrigatória a consulta (por voto secreto) aos associados para que um sindicato possa aderir a uma central e a verdade é que vários sindicatos que participaram no encontro constitutivo da chamada UGT estavam vinculados à CGTP-IN.

Ilegal porque, para a constituição de uma central sindical, é necessário que participem pelo menos um terço dos sindicatos existentes e os 30 que dizem ter constituído a UGT estão muito longe dos 100 que seriam necessários.

Ilegal porque, segundo a lei, a convocação duma assembleia constituinte, deve ter lugar com larga publicidade e com uma antecedência mínima de 15 dias, e o tal chamado encontro constitutivo foi convocado de forma quase clandestina.

Agora dizem que não se trata ainda duma central. Mas têm dito o contrário todos os dias.

## O PCP e a acção comum de democratas e patriotas

Não é também por acaso, que, acompanhando a intensificação da política antipopular do Governo é a ofensiva global contra o regime democrático, os fascistas e reaccionários, em coro perfeito, desencadeiam nova campanha contra o PCP.

O Primeiro-Ministro fala por metáforas. Mas os jornais fascistas e fascizantes traduzem-lhe as palavras.

Para o Primeiro-Ministro, as reclamações dos trabalhadores, a intervenção dos trabalhadores tudo isso é "agitação", ou mais precisamente, é obra duma "máquina de agitação", que, nas palavras do sr. Primeiro-Ministro, destruiu o aparelho produtivo, empobrecceu o País, ensaiou a manipulação totalitária dos meios de comunicação social e (isto o sr. Primeiro-Ministro não o diz mas pouco faltou para o dizer), roubou e devorou mulheres e crianças e liquidou pobres velhos com um tiro atrás da orelha. Oh terrível "máquina de agitação" à qual se devem todos os males, todas as catástrofes!

As forças reaccionárias atacam o PCP de todas as formas e feitos e desenvolvem agora uma grande operação política com vistas (como dizem) a isolar o PCP.

O jornal fascizante "Tempo" do dia 25 desvendou clamorosamente esse objectivo, proclamando a necessidade do PPD, CDS e PS se entenderem no governo, metendo o PCP num "ghetto", deixando o PCP sozinho na oposição.

A esse respeito, queremos fazer três observações.

A primeira é que, se o PS, o PPD e o CDS se continuarem a entender numa política do serviço no grande capital, dos latifundiários e do imperialismo, serão os partidos reaccionários e o PS que verão reduzir-se a sua base social de apoio, enquanto que o PCP continuará a ganhar um cada vez mais largo e activo apoio do povo, um cada vez mais largo apoio das massas.

A segunda é que não se pode isolar nem meter num "ghetto" um partido que é a maior força política organizada do país, que tem mais de 140 000 membros, além de 30 000 jovens comunistas, que tem o apoio activo e entusiástico dos trabalhadores, que conta com muitas centenas de milhares, talvez perto de 1 milhão, de eleitores, e que, por cada organização e por cada militante está íntima e indissolivelmente ligado ao povo, ligado às massas.

A terceira observação é que, se o PCP fica sendo o único partido da oposição a uma política antipopular e antinacional se fica sendo o único partido a defender firmemente o regime democrático consagrado na Constituição, ninguém tenha dúvidas de que não só o PCP estará com a maioria do povo português como a maioria do povo português virá a estar com o PCP.

Pode perguntar-se, camaradas, porquê esta nova ofensiva contra o PCP?

Porque a reacção sabe tão bem como o nosso povo, que, no movimento operário, popular e democrático o PCP se tornou no Portugal dos dias de hoje, uma força essencial, insubstituível e indispensável.

A defesa da Constituição é a defesa da própria legalidade democrática. A reacção não conseguirá alcançar os seus fins. O povo português saberá defender a Constituição, defender as liberdades e o Portugal do 25 de Abril.

E se a UGT desde a nascença enferma de ilegalidade, igualmente ilegal é a decisão escandalosa do Inatel atrás referida, recusando à Intersindical o Estádio 1.º de Maio de Lisboa sob pretexto de que a ainda inexistente UGT já havia feito o pedido antes.

Reclamamos que esta iníqua decisão seja anulada e que a próxima jornada do 1.º de Maio em Lisboa, sob a égide da Intersindical, tenha lugar, como já é tradição desde o 25 de Abril, no Estádio 1.º de Maio.

Mas não é só a ilegalidade que caracteriza a tentativa divisionista. Ela é também caracterizada pelo seu desrespeito dos mais elementares princípios democráticos e pela sua obediência a ordens partidárias.

No combate à Intersindical, os partidos reaccionários e o PS sempre afirmaram que na Inter não há democracia, que a Inter é uma corria de transmissão de um partido, o PCP, ainda que toda a gente saiba que na direcção da Inter há trabalhadores de diversas tendências, incluindo socialistas; ainda que toda a gente saiba que na Inter, os trabalhadores são eleitos para as direcções, não por pertencerem a este ou àquele partido, mas porque nela votam livremente os associados; e que as decisões da Inter são tomadas, não por ordem ou ingerência, de tal ou tal partido, mas com completa autonomia e independência.

Em contraste com a Intersindical o que vemos nos sindicatos amarelos? Vemos o impedimento de decisões democráticas, as golpaças autoritárias e agora, no pseudo congresso que se está a realizar aqui no Porto, a falta de regulamento eleitoral, a falta de eleições de delegados, a designação de delegados pelas direcções amarelas e pelo PPD e o PS e (segundo diz o CDS) também pelo CDS.

Aliás o jornal da CIP, do grande patronato reaccionário, o "Jornal da Economia" (12/1/79) explica que os delegados são designados e não eleitos apenas porque (é a CIP que o diz) milhares de militantes do PCP (eh, camaradas, tantos submarinos) se infiltraram na UGT e que portanto as direcções amarelas e os partidos cúmplices na UGT procuram, impedir com a designação, que comunistas sejam eventualmente eleitos pelos trabalhadores.

Bela franqueza e bellissima "democracia".

Eles dizem que a CGTP, a Intersindical, não era uma organização sindical independente. Afirmavam ser necessária independência em relação ao governo, independência em relação ao patronato, independência em relação aos partidos. Mas não nos consta que alguém tenha visto presentes num Congresso da CGTP/Intersindical Nacional os dirigentes do Partido Comunista. Mas já depois de estar no Porto, recebi uma informação acerca do chamado Congresso da UGT, que dizem ser independente dos partidos. Quem é que está no Congresso da UGT? Pois dizem que está lá o Mário Soares, o Maldonado Gonet, o Rui Mateus, o Edmundo Pedro, que do PPD estão o Amândio de Azevedo e o Manuel Santa Rita e que vai estar o Sá Carneiro e que do CDS já está o Amaro da Costa, o Ribeiro de Castro. Aqui têm a grande central independente dos partidos! Eles estão lá todos para ver como é, para contar à família, certamente e só para isso. Portanto vê-se bem qual a independência da UGT em relação aos partidos. Independente do governo? Mas no Ministério do Trabalho já estão a tirar os lugares a democratas e a porer lá gente da UGT e mandam gente da UGT como apoio técnico ao Congresso das Actividades Económicas do grande patronato. Independente do patronato? Mas nós vemos o grande patronato fazer a propaganda da UGT e vemos o patronato em todo o lado fazer a guerra à Intersindical e fazer a propaganda da UGT. Esta UGT é o instrumento do governo reaccionário, é o instrumento do patronato reaccionário, é o instrumento dos partidos aliados numa política contra a classe operária a favor do grande capital, dos latifundiários e dos imperialistas. É isso que é a UGT.

Em contraste com estes métodos antidemocráticos, de golpaças, de bulas, de ilegalidades, de imposições autoritárias, o movimento sindical unitário dos trabalhadores portugueses — a CGTP-IN — dá um exaltante exemplo de unidade, de independência, de respeito pelas normas democráticas.

Na preparação do Congresso da CGTP-IN, editaram-se e distribuíram-se 2 800 000 exemplares de documentos.

Durante 45 dias, num total de 4357 reuniões, realizaram-se debates para discussão das teses. Foram feitas 2873 propostas de alteração dos documentos. No Congresso participaram 309 associações sindicais, das quais 272 sindicatos, representando 1 684 424 trabalhadores correspondendo a 85% dos trabalhadores sindicalizados em Portugal. Assistiram ao Congresso 2925 convidados de Comissões Sindicais e de Comissões de Trabalhadores, mais de 816 membros de corpos gerentes de associações sindicais.

Em confronto com esta poderosa força organizada, orientada por métodos democráticos e por uma prática democrática, os grupos de divisionistas amarelos, com os seus métodos de arbitrio e totalitarismo, fazem a figura do que realmente são: provocadores no movimento sindical.

Confiamos, camaradas, em que os divisionistas, a mando da reacção e do patronato, estão condenados ao isolamento e ao fracasso.

Os trabalhadores portugueses saberão travar e vencer a batalha em defesa da unidade sindical, cerrando fileiras em torno da sua grande, poderosa, provada, experiente, firme, unitária, democrática e gloriosa central dos trabalhadores portugueses — a CGTP/Intersindical Nacional.

Porque o PCP não é um Partido que se curve ante as campanhas venenosas dos fascistas e reaccionários, ante as ameaças e os despotismos.

Porque o PCP é um partido que sempre falou verdade ao preço da liberdade e da vida dos seus militantes e por isso continua hoje e continuará sempre desmascarando a mentira, venha ela donde vier, continuará dizendo a verdade ao povo.

Porque, no quadro das forças políticas, o PCP é o grande, firme e inabalável defensor dos interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, da população laboriosa das cidades, do campo e do mar, porque é praticamente o único que em todas as circunstâncias, favoráveis ou desfavoráveis, está sempre ao lado de quem trabalha contra os seus exploradores.

Porque, em contraste com o fracasso dos sucessivos governos, o PCP apresenta uma saída para a crise, soluções concretas para os grandes e graves problemas nacionais.

Porque, no quadro das forças políticas, o PCP é hoje o único grande partido que defende firmemente, sem vacilações, as grandes transformações democráticas alcançadas desde o 25 de Abril.

Porque o PCP é o único que continua a apontar, como sempre apontou, como condição de uma vida próspera e livre, como garantia das liberdades e da independência nacional, a perspectiva sociedade socialista.

E ainda por uma razão mais.

Porque o PCP é o único grande partido que, através de todas as dificuldades e obstáculos, fazendo frente às manobras e actuações divisionistas, luta sempre e sempre, continua e tenazmente, pela unidade de combate dos trabalhadores, pela aproximação, o entendimento, o acção comum, a unidade dos democratas e patriotas portugueses na construção do Portugal de Abril.

Porque o PCP procura sempre e sempre, tenazmente, superar diferenças de pontos de vista, divergências e conflitos entre democratas, está sempre pronto a examinar com portugueses e portuguesas de outras tendências as soluções para os problemas, porque, apesar das severas críticas que faz à actuação do PS, insiste sempre (porque isto é essencial na democracia portuguesa) no entendimento e acção comum de comunistas e socialistas.

A democracia é incomparavelmente mais forte que a reacção. No quadro das instituições e da legalidade democrática, os democratas e patriotas saberão unir-se, lutar, defender as liberdades e as outras conquistas de Abril.

A reacção não passará!

Portugal viverá livre, democrático e independente, tendo no seu horizonte a sociedade socialista.

Viva a unidade dos trabalhadores e de todos os democratas e patriotas!

# O Encontro do PCP sobre desporto é já no próximo mês de Março!

- Em debate o documento base
- O Torneio de Xadrez da DORL é o 2.º até agora realizado no país

Falta apenas um mês para o Encontro Nacional das organizações do Partido sobre cultura física e desporto, a realizar em 3 e 4 de Março, em Lisboa.

Neste momento, a actividade preparatória caracteriza-se essencialmente pelas seguintes frentes de trabalho: alargar para fora do Partido o debate em torno dos temas e problemas abrangidos pelo Encontro, desenvolvendo-se todos os esforços para que a preparação da iniciativa possa, na verdade, contar com a participação activa dos mais importantes sectores de actividade do Partido e das camadas profissionais ligadas, por qualquer motivo, aos problemas da cultura física e do desporto em Portugal; levar à prática (o que já foi conseguido em muitas organizações e sectores do Partido) a palavra de ordem lançada na última reunião da Comissão Organizadora Nacional (13 de Janeiro): "Por cada grande sector e organização do Partido, vamos realizar uma grande iniciativa"; dinamizar a actividade das comissões de apoio ao Encontro, constituídas um pouco

por todo o país; descentralizar o trabalho de propaganda; avançar com o debate em torno do documento-base já distribuído às organizações, estando marcada para 23 deste mês a data limite para a chegada de propostas de alteração ao executivo da Comissão Nacional.

**Torneio de Xadrez**  
No âmbito da divulgação do Encontro, uma das iniciativas mais importantes é, sem dúvida, o Torneio de Xadrez organizado pela DORL, que está a decorrer em 22 locais (não só em Centros de Trabalho do PCP, como em colectividades e empresas), tendo reunido 460 participantes, o que o torna o segundo maior torneio da modalidade até hoje realizado no nosso país.

No próximo dia 4 (domingo) termina a fase preliminar. A final decorrerá de 7 a 24 deste mês, no CT Vitória (Avenida da Liberdade, em Lisboa), em sistema suíço, com 8 sessões e de acordo com as seguintes jornadas: dia 7 (4.ª feira) às 20 e 30; dia 10 (sábado) às 21; dia 11 às 15 e 30; dia 14 (4.ª feira)

às 20 e 30; dia 17 (sábado) às 15 e 30; dia 18 às 15 e 30; dia 21 (4.ª feira) às 20 e 30; e dia 24 (sábado) às 15 e 30. A duração das partidas é de duas horas para cada jogador, sem limite de lance.

### Outras iniciativas

Entretanto, os camaradas da OR de Setúbal, por exemplo, têm previstas cerca de meia centena de iniciativas diversas, encerrando-se os trabalhos preparatórios do Encontro naquela região no dia 25 deste mês, com um dia preenchido com jornadas desportivas, culturais e canto livre. No Montijo decorreu recentemente um Torneio de Futebol de 5.

Na DORL realizou-se no passado sábado uma reunião distrital com representantes das comissões de apoio e dinamização do Encontro. No 1.º ponto da ordem de trabalhos ("Informações") foi referida entre outros aspectos, a actividade das camaradas de S. Inês de Azóia, que recentemente organizaram duas iniciativas preparatórias do Encontro: em Lisboa, na sua sede nacional (Rua Sousa Martins), a UEC leva a efeito, a partir das 21

horas, uma sessão com passagem de filmes e debate; à mesma hora, inicia-se no CT de Benfca uma sessão aberta à população da freguesia, com apresentação de "slides" e filmes, seguindo-se um debate; às 15 horas, reúnem-se em plenário no CT da Amadora dezenas de quadros do Partido da zona; à mesma hora, mas no CT de Anibal Cunha, no Porto, haverá uma sessão com colóquio e passagens de filmes; em Viseu decorrerão duas sessões.

No próximo domingo, a preparação do Encontro será notícia em Castelo Branco, onde também se realizarão duas iniciativas.

No dia 9, o União de Coimbra promove uma jornada unitária com início às 21 e 30. No dia 11, a exibição de filmes sobre desporto e cultura física preencherá a sessão a realizar na Guarda. Em Espinho decorrerá no dia 16 uma sessão promovida por camaradas, simpatizantes do Partido e outros democratas, estando prevista a apresentação de filmes e a realização de um colóquio. No dia seguinte haverá um plenário de quadros do Partido.

**Grande actividade no próximo fim-de-semana**  
Entretanto, estão marcadas para o próximo sábado as seguintes iniciativas preparatórias do Encontro: em Lisboa, na sua sede nacional (Rua Sousa Martins), a UEC leva a efeito, a partir das 21

horas, uma sessão com passagem de filmes e debate; à mesma hora, inicia-se no CT de Benfca uma sessão aberta à população da freguesia, com apresentação de "slides" e filmes, seguindo-se um debate; às 15 horas, reúnem-se em plenário no CT da Amadora dezenas de quadros do Partido da zona; à mesma hora, mas no CT de Anibal Cunha, no Porto, haverá uma sessão com colóquio e passagens de filmes; em Viseu decorrerão duas sessões.

No próximo domingo, a preparação do Encontro será notícia em Castelo Branco, onde também se realizarão duas iniciativas.

No dia 9, o União de Coimbra promove uma jornada unitária com início às 21 e 30. No dia 11, a exibição de filmes sobre desporto e cultura física preencherá a sessão a realizar na Guarda. Em Espinho decorrerá no dia 16 uma sessão promovida por camaradas, simpatizantes do Partido e outros democratas, estando prevista a apresentação de filmes e a realização de um colóquio. No dia seguinte haverá um plenário de quadros do Partido.



## Assembleia em Oeiras - consolidar a organização

O passado domingo, em Oeiras, foi o dia da 2.ª Assembleia da Organização Conceição do Partido a que, para além dos 150 delegados eleitos, assistiram cerca de 600 convidados. O camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central também esteve presente.

O Relatório de Actividades, que veio a ser aprovado, apresentou à Assembleia uma extensa análise do que tem sido o trabalho desenvolvido pelos comunistas no concelho, desde a realização da Assembleia anterior, há cerca de 15 meses.

A característica mais saliente da actividade do Partido no plano da Organização, como refere o documento, foi a sua

consolidação. A melhoria da estruturação traduziu-se na formação de novos organismos cuja entrada em actividade permitiu o desenvolvimento e acompanhamento de diversas frentes de acção que se colocaram à organização do Partido no concelho.

Depois de demorada análise a cada uma das frentes de trabalho, o Relatório aponta as perspectivas para o futuro, de entre as quais se salientam a preparação para as próximas eleições para as autarquias, a dinamização na participação nas comemorações do Ano Internacional da Criança, a dinamização do trabalho nas Comissões de Moradores e outras medidas que permitam uma maior aproximação dos comunistas com

as populações e com os seus problemas.

O documento aprovado salienta ainda outros aspectos ligados à consolidação da organização partidária.

Numerosas intervenções foram ouvidas pelos delegados e convidados, lidas por representantes dos organismos do Partido - células de empresa e sectores de actividade, abrangendo a grande diversidade de problemas que são a preocupação dos comunistas de Oeiras e, simultaneamente, as dos trabalhadores e dos democratas daquele concelho.

No final, o novo organismo de direcção foi eleito por unanimidade e aclamação, nesta jornada que contribuiu para a consolidação da organização do Partido em Oeiras.

## Agenda

### Dia 1, Quinta-feira

Lisboa, às 21 horas e 30, comício no Pavilhão dos Desportos, com o camarada Álvaro Cunha.

### Dia 3, Sábado

Ervedal, às 20 horas e 30, sessão de esclarecimento com o camarada Joaquim Gomes e Pontinha, às 15 horas e 30, sessão de esclarecimento com os camaradas Veiga de Oliveira e Marques Pedrosa • Montijo, Centro de Trabalho, sessão de cinema com filmes sobre países socialistas.

## Para breve uma Festa na Amadora

Carlos do Carmo, Ary dos Santos, Fernando Tordo, Luísa Bastos, Carlos Paulo e José Jorge Letria são os artistas que irão participar, no dia 10 de Fevereiro, numa grande festa promovida pela Organização da Amadora. Calha num

sábado e é às 21 horas, no Pavilhão da Académica da Amadora, na Reboleira. A Festa encerrará a campanha de Fundos do Natal e Ano Novo que aquela Organização levou a efeito e cuja meta era de 450 contos!

## Evocação de Ferreira Soares

Nos próximos dias 3 e 4 de Fevereiro, uma Comissão Promotora da Festa de Ferreira Soares vai realizar uma homenagem a aquele camarada que, em 4 de Julho de 1942, foi assassinado pela PIDE.

Provas de atletismo para crianças até aos 14 anos, com início às 9 e 30. Às 14 horas, variedades - artistas, ranchos folclóricos, coro infantil e actuação de José Barata Moura. Distribuição de prémios...

Evocando a memória do "Dr. Prata, o Médico do Povo", como era conhecido na região o camarada, a Comissão Unitária preparou em Nogueira da Regedoura dois dias de comemorações que vão incluir um vasto programa: No Sábado: Provas de atletismo para

adultos a partir dos 35 anos, com início às 15 horas, numa distância de 2500 metros. Volta à Nogueira para atletas a partir dos 14 anos e até aos 35, numa distância de 5 mil metros.

Intervenção política de um membro da Comissão Promotora e de um membro do Partido Comunista Português.

## Joaquim Gomes na Chamusca: «A exigência de ilegalizar o PCP é prova de fraqueza da reacção»

Na sala completamente cheia do Montepio da Chamusca, o camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do Partido interveio na sessão de esclarecimento all realizada no sábado, falando sobre a situação política actual, designadamente sobre a ofensiva contra a Constituição, desencadeada por forças de direita.

Nesta campanha contra a Constituição - afirmou Joaquim Gomes - participam todos os partidos de direita e, como era de esperar, mais a CIP em representação do grande patronato explorador; a CAP em representação dos latifundiários e feudais alentejanos; a CCP representando os grandes comerciantes e traficantes.

Que estes agrupamentos e certas figuras, bem tenebrosas por sinal, do MIRN, PDC e companhia assemem as suas baterias contra a Constituição não nos surpreende. Mas o que não pode deixar de causar alguma surpresa é que dirigentes do PS, concretamente Jaime Gama, se juntem à reacção nesta mesma ofensiva.

De trabalhadores e o povo português não ignoram que esta fúria da direita contra a Constituição não visa só a Lei-base do nosso país. O que pretendem é liquidar o principal obstáculo constitucional que se levanta à sua frente a impedir o assalto às conquistas dos trabalhadores e do povo português alcançadas depois do 25 de Abril.

Mes os ataques à Constituição revelam também a descrença da direita na possibilidade de vir a poder alterar a Constituição de acordo com os seus interesses. A reacção e alguns dos seus lacaios, por razões que também nada têm de ocasional, começa igualmente a exigir a ilegalização do Partido Comunista!

Naturalmente que uma tal exigência não revela de modo nenhum, da parte dos partidos e pasquins reacção, uma manifestação de força, mas bem ao contrário, uma prova de fraqueza e de incapacidade de enfrentar a realidade da sociedade portuguesa saída do 25 de Abril.

O que incomoda a reacção não é apenas o PCP mas

sectores da vida nacional. Mais adiante Joaquim Gomes - orientada para a legalização do PCP, significa na prática que a reacção no seu conjunto reconhece ser o PCP o principal obstáculo à sua ofensiva para destruir as liberdades democráticas no nosso país.

Esta campanha - afirmou ainda Joaquim Gomes - orientada para a legalização do PCP, significa na prática que a reacção no seu conjunto reconhece ser o PCP o principal obstáculo à sua ofensiva para destruir as liberdades democráticas no nosso país. A sessão de esclarecimento, na qual participaram 200 pessoas, decorreu animadamente, tendo sido discutidas as conclusões da última reunião do CC e alguns problemas locais.

## Alda Nogueira no Entroncamento: «Forças reacçãoárias não desistiram»

Sabe-se que logo após o 25 de Abril as forças reacçãoárias tentaram das formas mais diversas - golpes de Estado palacianos, militares, pronunciamentos, etc. - derrubar o regime democrático recém instaurado para repor o poder dos senhores dos monopólios e dos latifúndios que o 25 de Abril destruiu - afirmou perante cerca de 400 pessoas, reunidas no cinema São João, no Entroncamento, a camarada Alda Nogueira que ali interveio no comício organizado pelo Partido no passado dia 22.

Sabe-se que uma vez fracassadas tais tentativas pela via militar - continuou aquela membro do CC - a reacção recorreu à contra-ofensiva

legislativa através da Assembleia da República. Quanto à prática governamental sabe-se que a reacção tudo fez pressionando da maneira mais escandalosa os governos constitucionais e mesmo o VI Governo Provisório para conseguir os seus sinistros fins. Sabe-se também que a reacção não conseguiu o que queria porque todas as suas ofensivas encontraram sempre pela frente a resposta determinada dos trabalhadores e das massas populares unidas.

Mas sabe-se também que as forças reacçãoárias não desistiram dos seus propósitos de restaurar o poder económico e político dos monopólios e dos latifúndios, para o que continuaram a contar com

o apoio descarado do imperialismo internacional.

Hoje - sublinhou a camarada - com um governo que desde a sua formação se revela não um governo apartidário como diz ser, mas sim um governo do PPD apoiado no CDS e noutras forças ainda mais à direita do CDS, um governo que pelo seu programa e sua prática governativa vem criando no país uma situação de facto anticonstitucional, hoje, dizíamos, as forças reacçãoárias sentem terreno para avançar ao nível de medidas que cada vez mais põem em perigo a Democracia portuguesa.

A dirigente comunista especificou depois as ofensivas do governo contra os trabalhadores e as suas conquistas em vários

sectores da vida nacional. Mais adiante Alda Nogueira abordaria os objectivos essenciais para a salvaguarda da democracia e da independência nacional, objectivos apontados pela última reunião do Comité Central. E, a terminar a sua intervenção, a camarada manifestaria a confiança na unidade indispensável e urgente de todas as forças democráticas, unidade que constituirá uma barreira intransponível para as forças reacçãoárias.

No comício tomou também a palavra o camarada Eugénio Pisco, que falou essencialmente dos problemas da Reforma Agrária, alvo dos ataques da reacção e do Governo.

## Actividades do Partido

● **Assembleias de Bancários** - Reuniram no passado dia 20 assembleias das células dos bancários comunistas da União de Bancos Portugueses e do Banco de Portugal. Na primeira o respectivo secretário histórico aspectos da constituição da nova célula do Partido, resultante das células dos ex-bancos que deram origem à UBP - Pinto de Magalhães, Angola e Agricultura. Foi ainda feito um balanço da actividade desenvolvida no campo da organização, da agitação e propaganda, da luta ideológica, da luta sindical, Comissão de Trabalhadores e controlo de gestão. A assembleia da célula do BP, por seu turno, debucou-se sobre a situação política, baseando-se no documento do Comité Central e tomou medidas organizativas no sentido de reforçar o trabalho do Partido.

● **Convívio na Amadora** - No passado domingo, reuniram-se em almoço confraternização, cerca de 80 pessoas, na sua maioria mulheres. Tratava-se de uma iniciativa promovida pelos militantes da Indústria Farmacéutica da Organização da Amadora do PCP, integrada na Campanha de Fundos do Natal e Ano Novo. Familiares dos camaradas e simpatizantes do Partido participaram neste almoço-convívio que decorreu em ambiente de fraternal entusiasmo. Esteve presente o camarada José Casanova, membro do Comité Central que proferiu uma intervenção política.

● **Curso de Quadros** - No passado fim-de-semana realizou-se um curso de Quadros no Centro de Trabalho de Leiria. Com um horário que preencheu o fim-de-semana, os militantes que participaram nesta iniciativa da DORLEI, estudaram problemas como «A Estratégia e a Tática» e o Programa do Partido. Orientaram a jornada os camaradas José Augusto e Simões de Sousa, daquela Organização Regional. Na Marinha Grande, durante os mesmos dias, sessão semelhante foi organizada para os camaradas daquele concelho.

● **Plenário de Mulheres** - Cerca de 130 mulheres comunistas participaram, no passado dia 27 de Janeiro, num plenário, que discutiu os problemas do trabalho unitário no actual momento político. O plenário, que reuniu militantes da Amadora e no qual esteve presente o camarada Manuel Pedro, membro do Comité Central

## Festa da Primavera prepara-se com antecedência

Como já noticiámos, a Festa da Primavera, promovida pela Direcção da Organização Regional de Santarém e projectada para os dias 23, 24 e 25 de Março próximo nas instalações da Feira de Agricultura, na capital daquele distrito ribatejano, encontra-se em fase de activá preparação.

se organizarem. Funcionário ainda restaurantes e bares, stands de vendas e exposições políticas. As Organizações regionais do Partido, convidadas para participarem na Festa da Primavera, por certo não deixarão de lá estar com os seus stands de venda de produtos, com as exposições políticas que darão uma imagem variada e rica do país lutando em condições diversas pelos mesmos objectivos de defesa da democracia e dos interesses dos trabalhadores.

Espectáculos musicais, cinema, teatro, colóquios, desporto e folclore, eis algumas das actividades que encontrarão nas instalações boas condições para

## Camaradas do distrito de Castelo Branco

Realiza-se no próximo sábado, dia 3, pelas 15 horas, no Centro de Trabalho «Vitória» (Av. da Liberdade), uma reunião com camaradas naturais do distrito de Castelo Branco e que residam na área de Lisboa. Se é natural dessa região aparece.

## Camaradas falecidos

TI ZÉ BEATO - Em 16 de Janeiro veio a falecer em Coimbra, onde se encontrava hospitalizado, vítima de doença cardíaca, o camarada Ti Zé Beato, de 69 anos, natural e residente em Porto de Mós, onde o seu funeral se efectuou.

FRANCISCO BRAZ - Natural de Ponte de Sor, membro da Comissão Distrital de Portalegre, faleceu o camarada Francisco Braz, com 28 anos de idade, no passado dia 25 de Janeiro, vítima de acidente de viação, quando se deslocava no cumprimento de tarefas do Partido. O funeral, que se realizou no dia 27, de sua casa para o cemitério de Ponte de Sor, foi acompanhado por familiares, amigos e camaradas.

MARIA MARGARIDA COSTA BASTOS DE AVILEZ - Em 7 de Janeiro passado faleceu a camarada Maria Margarida Avilez, que era membro da Célula de Campolide do Partido Comunista Português.

FERNANDO DE OLIVEIRA PEREIRA - Faleceu subitamente o camarada Fernando de Oliveira Pereira, de 27 anos, operário da Sécia e membro da respectiva célula do Partido nas Caldas da Rainha. O funeral do camarada, que era natural de Lagoa Paçoaria, realizou-se na 2.ª feira passada, acompanhado por muitos camaradas e amigos.

CASIMIRO HENRIQUES PEREIRA - Tinha 62 anos de idade o camarada Casimiro Pereira, falecido em consequência de doença grave. Este camarada fazia parte da Comissão de sede do Centro de Trabalho de Samora Correia.

## AS NACIONALIZAÇÕES defesa e dinamização

SECTOR NACIONALIZADO O QUE É? COMO DINAMIZAR? A MAIS COMPLETA ANÁLISE DOS SECTORES CHAVE DA NOSSA ECONOMIA

● DADOS - NÚMEROS - FACTOS  
● RENTABILIDADE ● GESTÃO  
● DIREITOS DOS TRABALHADORES

um livro INDISPENSÁVEL

190 páginas 60\$00

edições Avante!

## UJC: Grande Festa da Juventude assinalará o fim da Campanha

A Campanha Nacional de Fundos da Juventude Comunista chegou ao fim. Foi um grande êxito da UJC e da juventude trabalhadora portuguesa. Foi a demonstração do espírito combativo, do poder de iniciativa e da vontade de milhares de militantes da UJC. Foi também o reflexo do grande prestígio que a organização tem entre

a juventude trabalhadora, entre jovens operários e camponeses, entre os trabalhadores-estudantes, entre os jovens desempregados e os que procuram o seu 1.º emprego. Vitória política, vitória da juventude progressista, vitória na luta pelo reforço da UJC e pelo desenvolvimento do combate que a juventude trava pelos seus justos

direitos e aspirações, o fim da Campanha dos 1500 Contos vai agora ser comemorado com uma Grande Festa a realizar em Lisboa, no Pavilhão do Atlético Clube de Campo de Ourique (CACO), no próximo dia 11, a partir das 16 horas. Lá estará o mesmo entusiasmo, a mesma alegria e a mesma vontade de vencer que acompanharam os três meses da

Campanha! Não vai faltar o bom espectáculo, nem as grandes surpresas. De tudo isto falaremos na nossa próxima edição. **Canção Juvenil em Movimento** Entretanto, continuam a realizar-se por todo o país os festivais locais integrados no Movimento

Nacional dos Festivais da Canção Juvenil (MNFCJ). Até ao momento, já se efectuaram 23 festivais locais, a que assistiram cerca de 7 mil pessoas. Participaram 151 grupos e um total de 366 concorrentes. Já está escolhida a sala para a realização do Festival final do MNFCJ: será no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, no dia 11 de Março. A Comissão Organizadora

Nacional chama, entretanto, a atenção dos concorrentes no sentido de que, segundo os regulamentos dos festivais, todos aqueles que não tenham ficado nos dois primeiros lugares poderão enviar, na mesma, os seus trabalhos para o júri nacional, que os analisará para avaliar da sua possibilidade de participar no Festival final.

COMICIO PCP

PELA DEMOCRACIA CONTRA A REACÇÃO ALVARO CUNHAL

Grande Banca das edições Avante!

Ofertas Especiais

A Nossa História é a Luta do Povo 100.00 — 50.00

Oferta do Emblema "MICA" em compras superiores a 100.00

Apresentação de 2 novidades

«Renascimento» — Leonid Brejnev

«Põe os Olhos no Teu País Jimmy Carter» — Partido Comunista dos EUA

24 Janeiro

# O PÃO DE TUDO DEFENDIDO PELOS



**24 de Janeiro:**

**Os trabalhadores em todo o País manifestaram a sua solidariedade com a Reforma Agrária uma conquista de Abril que é de todos!**

Numa só voz e nas formas mais variadas, denunciaram a criminosa política do MAP do Governo de Mota Pinto/PPD, da qual resultou já:

- a destruição de 31 UCPs/Coop.
- o corte de crédito a mais de 200 UCPs/Coop.
- a notificação de mais 80 novas reservas e devoluções.
- a entrega aos agrários de 100 000 hectares das melhores terras tiradas ilegalmente aos trabalhadores.
- o roubo de 20 000 cabeças de gado às UCP's/Coop. e a sua entrega a agrários.
- a dívida de 800 000 contos do Estado às UCPs/Coop.
- a aplicação da injusta «Lei da Cortiça».
- uma brutal repressão.

Numa só voz e nas formas mais variadas, os trabalhadores exigiram:

- o fim da repressão, a retirada da GNR das UCPs/Coop.
- suspensão e revogação da Lei Barreto.
- estabelecimento de uma política de diálogo.

**Numa grande jornada de luta os trabalhadores manifestaram a sua firme decisão de defender a Reforma Agrária!**

## JORNADA DE SOLIDARIEDADE

# TODOS NÓS TRABALHADORES

## Mais de um milhão

### Realizaram-se:

- 32 concentrações e desfiles nos cinco distritos da Reforma Agrária.
- Muitos milhares e milhares de paralisações em todo o País, nomeadamente nos distritos de Lisboa, Faro, Braga, Viana do Castelo, Coimbra, Viseu, Porto, Castelo Branco e Leiria.

### Participaram:

- Mais de um milhão de pessoas, dos quais 180 000 nos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal.
- 270 sindicatos, diversas uniões sindicais, federações e a CGTP-IN.
- Mais de 150 organizações unitárias populares e centenas de Comissões de Trabalhadores.
- 99% de todas as UCPs/Cooperativas.
- 100% dos Secretariados e Uniões Distritais e Concelhias das UCPs/Coop.
- 88% de todos os trabalhadores agrícolas do sector privado da zona da Reforma Agrária.
- 40% dos participantes foram mulheres.

### Receberam-se:

- 1500 telegramas, saudações e moções de todos os distritos do País, incluindo Madeira e Açores e do estrangeiro, designadamente Espanha, Itália, Suíça, Holanda, etc.

A Jornada teve carácter nacional estendendo-se aos distritos do Centro, Norte e ao Algarve.

Em defesa da Reforma Agrária participaram pela primeira vez certos sectores e camadas da população.

- Participação e paralisação de milhares de pequenos e médios agricultores. Em Odemira esta participação atingiu os 95%.
- Participação e paralisação de centenas de pequenos e médios comerciantes e industriais.
- Participação e paralisação extraordinária de centenas de milhares de mulheres e jovens.
- Adesão dos Movimentos dos Reformados, designadamente do MURPI.
- Participação considerável, a maior de sempre, de sectores como comércio e serviços, saúde, função pública, professores e estudantes, técnicos, intelectuais e outros.

## A Reforma Agrária é garantia da defesa da democracia!



## 24 de Janeiro: vitória dos trabalhadores

- A Jornada reforçou e alargou a unidade no seio das UCPs/Cooperativas e em volta dos seus Secretariados e Uniões.
- O Povo português, demonstrando profunda consciência política, espírito patriótico e sentido de responsabilidade, encontrou em todo o País as mais diversificadas formas de apoio à Reforma Agrária: paralisações de alguns minutos ou de horas; assembleias, plenários, concentrações, manifestações, moções, telegramas, abaixo-assinados.

O Povo não aceita um governo de direita: gritou-se em muitas zonas do País numa clara compreensão dos objectivos da ofensiva contra a Reforma Agrária: a liquidação das liberdades e do regime democrático.

## 24 de Janeiro: Derrota da direita, aviso ao governo

Os trabalhadores afirmam:  
«Enquanto não for posto fim à ofensiva contra a Reforma Agrária continuarão a desenvolver-se acções que façam inverter a acção do Governo».

## O Povo está com a Reforma Agrária e está disposto a defendê-la!

# COM A REFORMA AGRÁRIA

# Semana

24 Quarta-feira 1969 — Morre o escritor António Sérgio.

Numa jornada de luta contra a violência e a ilegalidade da política do MAP em relação à Reforma Agrária e de protesto contra a actuação arbitrária do Governo de Mota Pinto, os trabalhadores portugueses paralisaram. Estima-se em mais de um milhão os trabalhadores que aderem à jornada. ■ Eleva-se a 12 mortos e avultados prejuízos materiais o balanço do forte tempo que continua a assolar a Madeira. ■ O programa radiofónico «Contraponto» transmitido pela RDP-1 é suspenso pela Comissão Administrativa daquela emissora. É instaurado um inquérito ao realizador do programa, José Manuel Nunes, pela emissão do passado dia 22, dedicada à Reforma Agrária.

25 Quinta-feira 1975 — É legalizada a criação do CDS.

Num encontro com o Governo, o presidente do Grupo Parlamentar Comunista, Carlos Brito, insiste em que a Lei das Finanças Locais deve ser aplicada globalmente. Segundo alguns órgãos de Informação, o Executivo prepara-se para retirar 10 milhões de contos às autarquias locais. ■ Um comunicado da UEDS, pronunciando-se sobre o recente discurso do Primeiro-Ministro Mota Pinto, salienta que o conteúdo do mesmo faz recordar as «conversas em família» de Marcelo Caetano. ■ Uma lista unitária vence as eleições para a Associação do Magistério Primário de Coimbra. ■ Dezenas de bombeiros concentram-se nas galerias da Assembleia da República. Pelos comunistas foi salientado que devem ser reformulados todos os artigos do diploma 398/78 que limitam ou pretendem limitar «a acção dos bombeiros a meros extintores de incêndio». ■ Uma lista unitária vence as eleições para a direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Eléctrica da Madeira. ■ Num comunicado, o Secretariado Nacional da CGTP-IN, referindo-se ao discurso do primeiro-ministro Mota Pinto, denuncia as «mal disfarçadas intenções de pretender pôr em execução uma política de maiores sacrifícios e exploração dos trabalhadores, em benefício do imperialismo e do grande capital».

26 Sexta-feira 1954 — É encerrado oficialmente o Campo de Concentração do Tarrat. O último preso, Francisco Miguel, fora transferido há cerca de um ano para o Forte de Caxias.

Perante as câmaras da televisão, o ministro das Finanças, Jacinto Nunes, anuncia que o Governo de Mota Pinto pensa criar um novo imposto, que não especifica, revelando igualmente que o preço dos combustíveis irá aumentar ainda este ano. ■ O Presidente da República, general Ramalho Eanes, recebe o secretário-geral do PCP, Alvaro Cunhal. A audiência efectuou-se a pedido do PCP, no âmbito dos seus contactos com os órgãos de soberania. ■ Em Braga, dirigindo-se aos responsáveis da fábrica Grundig, o ministro da Indústria e Tecnologia revela que a instalação da televisão a cores poderá ser autorizada em Junho próximo.

27 Sábado 1977 — Começa em Lisboa o Congresso de Todos os Sindicatos, que conta com a presença actual de 272 organismos sindicais e se traduz no reforço da corrente unitária dos trabalhadores.

No Porto, onde durante a tarde participou um comício realizado no Palácio de Cristal, o secretário-geral do PCP, Alvaro Cunhal, salienta que «o Governo Mota Pinto/PPD, como qualquer outro Governo reaccionário que lhe suceda, não só não resolverá como agravará todos os grandes problemas nacionais». A noite realizou-se em Coimbra uma sessão de esclarecimento com Alvaro Cunhal. ■ No referatório da Carris, em Santo Amaro, reúne-se o Pleno Nacional do Movimento Unitário de Pensionistas e Idosos. ■ Após a sua visita oficial a Portugal regressa ao seu país o Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira. ■ Em Braga, mais de cinco mil jovens manifestam-se na rua contra os despedimentos, o desemprego, a repressão patronal, o aumento do custo de vida e pelo direito ao trabalho. ■ Cerca de 60 por cento dos trabalhadores dos supermercados «Pão de Açúcar» aderem à greve contra a arbitrariedade governamental que autoriza a empresa a laborar todo o dia de sábado.

28 Domingo 1924 — Morre Joaquim Fernandes Braga, conhecido pelo seu nome literário de Teófilo Braga. Poeta, crítico e filósofo, foi presidente do Governo Provisório da República e em 1916 ocupou o cargo de Presidente da República.

Em Lisboa, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil termina o seminário sobre a aplicação da Lei das Finanças Locais, promovido pela revista «Poder Local». Uma das conclusões aprovadas aponta para a necessidade urgente de aplicar a Lei no corrente ano. Estiveram presentes membros eleitos por listas do PS, PPD, APU e CDS para todos os níveis de órgãos autárquicos do Continente e da Região Autónoma da Madeira. ■ Nas eleições realizadas em Freixiél, Arcos e Rioleão para as respectivas Assembleias de Freguesia, a Aliança Povo Unido aumenta substancialmente o número de votos. A APU obteve, pela primeira vez, um mandato em Freixiél e outro em Rioleão. ■ Mais de 800 agricultores participam no II Encontro dos Pequenos e Médios Agricultores, Rendeiros e Searseiros do Distrito de Santarém. O debate dos problemas que afectam a lavoura constituiu o ponto central da discussão, nomeadamente no que diz respeito ao arrendamento rural e às terras incultas. ■ No Porto, termina o Congresso da UGT, que se pretende central sindical paralela. O desentendimento entre as diferentes tendências foi patente, não tendo sido aprovados vários documentos que foram remetidos para um órgão que na altura não se encontrava eleito, o conselho geral. Mário Soares e Maldonado Gonetilha assistiram aos trabalhos no sábado. Sá Carneiro foi recebido, com palmas, no domingo.

29 Segunda-feira 1921 — Morre em Lisboa, com 73 anos de idade, o poeta Gomes Leal. As suas obras polémicas e panfletárias levaram-no diversas vezes aos cárceres monárquicos.

Na ilha de S. Miguel, Região Autónoma dos Açores, rebentam dois engenhos explosivos visando a viatura particular do secretário regional do Comércio e Indústria e a residência do antigo representante dos Açores na Comissão Consultiva para as Regiões Autónomas. ■ O ministro dos Transportes, eng. Marques da Costa, anuncia no Porto um novo aumento, em breve, para os transportes públicos.

30 Terça-feira 1574 — O escritor e humanista Damião de Góis é encontrado morto na sua residência em Alenquer. A inquirição moveu-lhe uma perseguição feroz.

O Conselho de Informação para a RDP decidiu recomendar ao Governo a recondução de Igrejas Caeiro no cargo de director de programas, do qual fora afastado. ■ As Câmaras Municipais de Setúbal e do Porto proíbem a abertura aos sábados de tarde do estabelecimento «Pão de Açúcar». ■ Repudiando a ameaça de novos aumentos do Secretariado Nacional da CGTP-IN afirma a sua oposição, recordando que «os trabalhadores não podem compreender nem aceitar novos sacrifícios, porquanto é inequívoco que, desde 1976, sobre eles tem recaído, em exclusivo, o peso da crise». ■ Na Assembleia da República, o deputado comunista Jaime Serra critica vivamente o encontro efectuado entre deputados do PPD e do CDS com o dirigente a soldo do imperialismo Jonas Savimbi. ■ Em Bissau, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros português, Paulo Enes, revela a hipótese de um encontro entre o Presidente Ramalho Eanes e o Presidente Samora Machel.

# Os Comunistas na Assembleia da República

## Denunciadas manobras neocolonialistas de deputados do PPD e do CDS

A denúncia do escandaloso e provocatório encontro entre o casal de deputados do PPD Roseta e Lucas Pires e o assassino Jonas Savimbi, feita por Jaime Serra, por um lado, e do processo em curso de ataque contra a comunicação social estalinizada por parte do Governo Mota Pinto, por outro lado, foram os pontos mais importantes e que mais mobilizaram as atenções da Câmara nas suas duas últimas reuniões plenárias. A declaração política que o deputado Jaime Serra proferiu, em nome do Grupo Parlamentar comunista, e em que analisou a importância da recente visita a Portugal do Presidente Aristides Pereira no desenvolvimento das relações entre o nosso país e os países nascidos das ex-colónias portuguesas, lançou o pânico nas bancadas da direita. Helena Roseta do PPD — uma das participantes do encontro provocatório com Savimbi — e Nuno Abecassis, do CDS, nas demagógicas palavras com que acolheram as acusações do deputado comunista, não fizeram do que confirmar a gravidade do encontro havido entre os três deputados portugueses e o aventureiro neocolonialista Savimbi. Por seu turno, a declaração política de Jorge de Lemos sobre a ofensiva do Governo Mota Pinto contra a comunicação social estalinizada também alvorçou a direita parlamentar que, através de Cunha Simões do CDS, pretendeu justificar as acções de Prouça de Carvalho amplamente contestadas tanto pelos profissionais do sector

como por toda a consciência democrática. Mais uma vez a direita saiu-se mal: Cunha Simões, arrebatado, deixou escapar que tinha saudades do outro tempo (leia-se fascismo) porque então nunca fora perseguido. Tendo o deputado comunista Jorge Lemos afirmado que era natural, uma vez que o fascismo não perseguia os fascistas, Cunha Simões chegou ao cúmulo, perante o completo silêncio dos seus pares, de confessar que não se sentia ofendido se lhe chamassem fascista! Ainda a propósito da ofensiva contra os meios de comunicação social a Assembleia aprovou, com a significativa abstenção do CDS e do PPD, um voto de protesto contra a exonerção do deputado



O deputado Vital Moreira, num recente encontro com jornalistas parlamentares, deu a conhecer as suas acusações de plágio a Sá Carneiro que, na sua imprensa obra de «revisão» da Constituição não só não limita a aproveitar precisões técnico-jurídicas coradas na obra de Vital Moreira/Gomes Canotinho como, sobretudo em dois capítulos, se apropria, sem dar a origem, das notas daqueles dois conhecidos constitucionalistas de Coimbra



Representantes dos 30 mil bombeiros portugueses encheram as galerias destinadas ao público. Cá fora, dezenas de carros de bombeiros e ambulâncias de vários pontos do país provavam que os bombeiros portugueses querem ser ouvidos

## «Servir Portugal»?!

O Ministério de Prouça de Carvalho editou uma brochura — 10 mil exemplares — intitulada «Servir Portugal», em que divulga os discursos que Mota Pinto proferiu quando apresentou o seu programa à Assembleia da República. Porém, enquanto que o discurso de abertura do debate é transcrito do «Diário da AR» com os protestos e contraprotetos que se lhe seguiram, o mesmo não acontece com o discurso de encerramento. Com efeito, os «editores» retiraram um protesto que, na altura e em nome do GP do PCP, o deputado Vital Moreira proferiu. Como se isso não bastasse, a brochura contém, no entanto, a resposta de Mota Pinto a tal protesto... Num requerimento ontem dirigido ao Governo a propósito de

## Uma provocação à RP de Angola

A recente visita a Portugal do Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira, que tivemos a honra de receber solenemente nesta Assembleia e cuja saudação amiga tivemos o prazer de escutar e aplaudir, marca uma data histórica no processo de definição e consolidação das relações de Portugal com os novos Estados africanos de língua portuguesa. (...) Com surpresa para alguns, que não para nós, veio a revelar-se afinal que os inimigos da normalização das relações de Portugal com os novos países africanos de língua portuguesa se aninhavam na própria Assembleia da República. O encontro tornado público dos deputados e dirigentes do PPD Helena Roseta e Pedro Roseta, assim como o do deputado e vice-presidente do CDS Lucas Pires, com o aventureiro neocolonialista e assassino do povo angolano Jonas Savimbi, no momento em que decorriam em Luanda difíceis e melindrosas negociações entre uma delegação oficial portuguesa e os dirigentes da República Popular de Angola, constitui uma verdadeira provocação ao povo imbuído de Angola

## Intervenções

O GP do PCP votou favoravelmente o voto de protesto apresentado pelo senhor deputado independente Aires Rodrigues, relativo à exonerção do anticomunista Igrejas Caeiro do cargo de Director de Programas da RDP porque se trata de um acto iníquo e prepotente que visa abafar a livre expressão do pensamento de todos os trabalhadores da Rádio sobre assuntos acerca dos quais não tem o direito mas o dever, como cidadãos e como profissionais, de se manifestarem: a correcção de insuficiências e a melhoria do funcionamento da RDP, em que no mínimo são co-responsáveis perante

## A exonerção de Igrejas Caeiro

os seus utentes, o povo português; Porque se trata de uma exonerção arbitrária, sem qualquer fundamento legítimo, exonerção que por isso mesmo evidencia sem rubro o seu carácter político reaccionário, ao atingir um reconhecido democrata cuja competência profissional não foi posta em causa; Porque os democratas portugueses têm de fazer ouvir a sua voz de protesto, com firmeza e sem ambiguidades, contra o assalto ilegal que a minoria reaccionária golpista, nomeadamente do PPD, que através do programa da lista que patrocinou para a eleição da Comissão de Trabalhadores da RDP, em Outubro de 1978, reclamava que, se fosse eleita, «jamais um director de programas como o socialista Igrejas Caeiro poderia continuar impune a sua actividade» e que «jamais seria possível que um qualquer programa como o «Contraponto» se

## Contra os despedimentos

reaccionário já quase não se dá ao trabalho de disfarçar o carácter ideológico das suas perseguições aos trabalhadores. A única preocupação que parece ter tido é de retirar do extenso conjunto dos comportamentos que delinham, no diploma respectivo, a justa causa de despedimento, aquele que com maior eficácia encubra os seus fins. (...) Entretanto, sem

## Atentados à liberdade

e a participação dos cidadãos na discussão dos problemas que a todos dizem respeito. A prisão de um grupo de militantes da UEDS no passado dia 16, no Porto, quando afixavam cartazes que anulavam um comício daquele Movimento soma-se a anteriores prisões de outros democratas feitas com o mesmo pretexto e em idênticas circunstâncias. Ainda há bem poucos dias, na noite de 22 para 23, a PSP do Porto prendeu nove militantes do PCP quando pacificamente, procediam a colagem de cartazes anunciando um comício naquela cidade e apreensão os cartazes, a cola e demais material utilizado.

## Os direitos dos bombeiros

(...) Sublinhando uma vez mais, como o fizemos nesta Assembleia no passado dia 9 do corrente, que os bombeiros portugueses têm o direito a ser ouvidos atentamente pelos órgãos de poder, nomeadamente pela Assembleia da República. As suas opiniões e exigências devem ser tomadas em conta. Devem-se procurar

## A ofensiva contra a Comunicação Social

Está em curso, pela mão do Governo Mota Pinto, um violento ataque contra os órgãos de comunicação social estalinizados. Esta ofensiva era já bem patente e as suas consequências previsíveis quando, mesmo durante a discussão do Programa do Governo nesta Assembleia, o Ministro da Comunicação Social — Prouça de Carvalho — mostrou já o seu espírito de controlo e ingerência nos órgãos de informação estalinizados. A evidência estava ainda no próprio programa do governo Mota Pinto para o sector, virado para a tentativa de liquidação de empresas públicas, para privilegiar os meios de informação controlados pelos grupos capitalistas e decididamente inimigos da Constituição, dos trabalhadores e dos seus anseios, do 25 de Abril. Já nessa altura o ministro Prouça de Carvalho, incapaz de responder às questões que da nossa bancada lhe eram colocadas, preferiu o recurso à baixa calúnia e ao insulto injuriando a qualquer esforço de informação de debate democrático. (...) A actuação do governo Mota Pinto e do seu ministro da Comunicação Social (...) tem-se caracterizado neste domínio: por sucessivas

## Atentados à liberdade

em Lisboa, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil termina o seminário sobre a aplicação da Lei das Finanças Locais, promovido pela revista «Poder Local». Uma das conclusões aprovadas aponta para a necessidade urgente de aplicar a Lei no corrente ano. Estiveram presentes membros eleitos por listas do PS, PPD, APU e CDS para todos os níveis de órgãos autárquicos do Continente e da Região Autónoma da Madeira. ■ Nas eleições realizadas em Freixiél, Arcos e Rioleão para as respectivas Assembleias de Freguesia, a Aliança Povo Unido aumenta substancialmente o número de votos. A APU obteve, pela primeira vez, um mandato em Freixiél e outro em Rioleão. ■ Mais de 800 agricultores participam no II Encontro dos Pequenos e Médios Agricultores, Rendeiros e Searseiros do Distrito de Santarém. O debate dos problemas que afectam a lavoura constituiu o ponto central da discussão, nomeadamente no que diz respeito ao arrendamento rural e às terras incultas. ■ No Porto, termina o Congresso da UGT, que se pretende central sindical paralela. O desentendimento entre as diferentes tendências foi patente, não tendo sido aprovados vários documentos que foram remetidos para um órgão que na altura não se encontrava eleito, o conselho geral. Mário Soares e Maldonado Gonetilha assistiram aos trabalhos no sábado. Sá Carneiro foi recebido, com palmas, no domingo.

## Atentados à liberdade

em Lisboa, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil termina o seminário sobre a aplicação da Lei das Finanças Locais, promovido pela revista «Poder Local». Uma das conclusões aprovadas aponta para a necessidade urgente de aplicar a Lei no corrente ano. Estiveram presentes membros eleitos por listas do PS, PPD, APU e CDS para todos os níveis de órgãos autárquicos do Continente e da Região Autónoma da Madeira. ■ Nas eleições realizadas em Freixiél, Arcos e Rioleão para as respectivas Assembleias de Freguesia, a Aliança Povo Unido aumenta substancialmente o número de votos. A APU obteve, pela primeira vez, um mandato em Freixiél e outro em Rioleão. ■ Mais de 800 agricultores participam no II Encontro dos Pequenos e Médios Agricultores, Rendeiros e Searseiros do Distrito de Santarém. O debate dos problemas que afectam a lavoura constituiu o ponto central da discussão, nomeadamente no que diz respeito ao arrendamento rural e às terras incultas. ■ No Porto, termina o Congresso da UGT, que se pretende central sindical paralela. O desentendimento entre as diferentes tendências foi patente, não tendo sido aprovados vários documentos que foram remetidos para um órgão que na altura não se encontrava eleito, o conselho geral. Mário Soares e Maldonado Gonetilha assistiram aos trabalhos no sábado. Sá Carneiro foi recebido, com palmas, no domingo.

## Atentados à liberdade

em Lisboa, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil termina o seminário sobre a aplicação da Lei das Finanças Locais, promovido pela revista «Poder Local». Uma das conclusões aprovadas aponta para a necessidade urgente de aplicar a Lei no corrente ano. Estiveram presentes membros eleitos por listas do PS, PPD, APU e CDS para todos os níveis de órgãos autárquicos do Continente e da Região Autónoma da Madeira. ■ Nas eleições realizadas em Freixiél, Arcos e Rioleão para as respectivas Assembleias de Freguesia, a Aliança Povo Unido aumenta substancialmente o número de votos. A APU obteve, pela primeira vez, um mandato em Freixiél e outro em Rioleão. ■ Mais de 800 agricultores participam no II Encontro dos Pequenos e Médios Agricultores, Rendeiros e Searseiros do Distrito de Santarém. O debate dos problemas que afectam a lavoura constituiu o ponto central da discussão, nomeadamente no que diz respeito ao arrendamento rural e às terras incultas. ■ No Porto, termina o Congresso da UGT, que se pretende central sindical paralela. O desentendimento entre as diferentes tendências foi patente, não tendo sido aprovados vários documentos que foram remetidos para um órgão que na altura não se encontrava eleito, o conselho geral. Mário Soares e Maldonado Gonetilha assistiram aos trabalhos no sábado. Sá Carneiro foi recebido, com palmas, no domingo.

## Atentados à liberdade

em Lisboa, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil termina o seminário sobre a aplicação da Lei das Finanças Locais, promovido pela revista «Poder Local». Uma das conclusões aprovadas aponta para a necessidade urgente de aplicar a Lei no corrente ano. Estiveram presentes membros eleitos por listas do PS, PPD, APU e CDS para todos os níveis de órgãos autárquicos do Continente e da Região Autónoma da Madeira. ■ Nas eleições realizadas em Freixiél, Arcos e Rioleão para as respectivas Assembleias de Freguesia, a Aliança Povo Unido aumenta substancialmente o número de votos. A APU obteve, pela primeira vez, um mandato em Freixiél e outro em Rioleão. ■ Mais de 800 agricultores participam no II Encontro dos Pequenos e Médios Agricultores, Rendeiros e Searseiros do Distrito de Santarém. O debate dos problemas que afectam a lavoura constituiu o ponto central da discussão, nomeadamente no que diz respeito ao arrendamento rural e às terras incultas. ■ No Porto, termina o Congresso da UGT, que se pretende central sindical paralela. O desentendimento entre as diferentes tendências foi patente, não tendo sido aprovados vários documentos que foram remetidos para um órgão que na altura não se encontrava eleito, o conselho geral. Mário Soares e Maldonado Gonetilha assistiram aos trabalhos no sábado. Sá Carneiro foi recebido, com palmas, no domingo.

## Atentados à liberdade

em Lisboa, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil termina o seminário sobre a aplicação da Lei das Finanças Locais, promovido pela revista «Poder Local». Uma das conclusões aprovadas aponta para a necessidade urgente de aplicar a Lei no corrente ano. Estiveram presentes membros eleitos por listas do PS, PPD, APU e CDS para todos os níveis de órgãos autárquicos do Continente e da Região Autónoma da Madeira. ■ Nas eleições realizadas em Freixiél, Arcos e Rioleão para as respectivas Assembleias de Freguesia, a Aliança Povo Unido aumenta substancialmente o número de votos. A APU obteve, pela primeira vez, um mandato em Freixiél e outro em Rioleão. ■ Mais de 800 agricultores participam no II Encontro dos Pequenos e Médios Agricultores, Rendeiros e Searseiros do Distrito de Santarém. O debate dos problemas que afectam a lavoura constituiu o ponto central da discussão, nomeadamente no que diz respeito ao arrendamento rural e às terras incultas. ■ No Porto, termina o Congresso da UGT, que se pretende central sindical paralela. O desentendimento entre as diferentes tendências foi patente, não tendo sido aprovados vários documentos que foram remetidos para um órgão que na altura não se encontrava eleito, o conselho geral. Mário Soares e Maldonado Gonetilha assistiram aos trabalhos no sábado. Sá Carneiro foi recebido, com palmas, no domingo.

## Atentados à liberdade

em Lisboa, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil termina o seminário sobre a aplicação da Lei das Finanças Locais, promovido pela revista «Poder Local». Uma das conclusões aprovadas aponta para a necessidade urgente de aplicar a Lei no corrente ano. Estiveram presentes membros eleitos por listas do PS, PPD, APU e CDS para todos os níveis de órgãos autárquicos do Continente e da Região Autónoma da Madeira. ■ Nas eleições realizadas em Freixiél, Arcos e Rioleão para as respectivas Assembleias de Freguesia, a Aliança Povo Unido aumenta substancialmente o número de votos. A APU obteve, pela primeira vez, um mandato em Freixiél e outro em Rioleão. ■ Mais de 800 agricultores participam no II Encontro dos Pequenos e Médios Agricultores, Rendeiros e Searseiros do Distrito de Santarém. O debate dos problemas que afectam a lavoura constituiu o ponto central da discussão, nomeadamente no que diz respeito ao arrendamento rural e às terras incultas. ■ No Porto, termina o Congresso da UGT, que se pretende central sindical paralela. O desentendimento entre as diferentes tendências foi patente, não tendo sido aprovados vários documentos que foram remetidos para um órgão que na altura não se encontrava eleito, o conselho geral. Mário Soares e Maldonado Gonetilha assistiram aos trabalhos no sábado. Sá Carneiro foi recebido, com palmas, no domingo.

## Atentados à liberdade

em Lisboa, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil termina o seminário sobre a aplicação da Lei das Finanças Locais, promovido pela revista «Poder Local». Uma das conclusões aprovadas aponta para a necessidade urgente de aplicar a Lei no corrente ano. Estiveram presentes membros eleitos por listas do PS, PPD, APU e CDS para todos os níveis de órgãos autárquicos do Continente e da Região Autónoma da Madeira. ■ Nas eleições realizadas em Freixiél, Arcos e Rioleão para as respectivas Assembleias de Freguesia, a Aliança Povo Unido aumenta substancialmente o número de votos. A APU obteve, pela primeira vez, um mandato em Freixiél e outro em Rioleão. ■ Mais de 800 agricultores participam no II Encontro dos Pequenos e Médios Agricultores, Rendeiros e Searseiros do Distrito de Santarém. O debate dos problemas que afectam a lavoura constituiu o ponto central da discussão, nomeadamente no que diz respeito ao arrendamento rural e às terras incultas. ■ No Porto, termina o Congresso da UGT, que se pretende central sindical paralela. O desentendimento entre as diferentes tendências foi patente, não tendo sido aprovados vários documentos que foram remetidos para um órgão que na altura não se encontrava eleito, o conselho geral. Mário Soares e Maldonado Gonetilha assistiram aos trabalhos no sábado. Sá Carneiro foi recebido, com palmas, no domingo.

## Atentados à liberdade

em Lisboa, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil termina o seminário sobre a aplicação da Lei das Finanças Locais, promovido pela revista «Poder Local». Uma das conclusões aprovadas aponta para a necessidade urgente de aplicar a Lei no corrente ano. Estiveram presentes membros eleitos por listas do PS, PPD, APU e CDS para todos os níveis de órgãos autárquicos do Continente e da Região Autónoma da Madeira. ■ Nas eleições realizadas em Freixiél, Arcos e Rioleão para as respectivas Assembleias de Freguesia, a Aliança Povo Unido aumenta substancialmente o número de votos. A APU obteve, pela primeira vez, um mandato em Freixiél e outro em Rioleão. ■ Mais de 800 agricultores participam no II Encontro dos Pequenos e Médios Agricultores, Rendeiros e Searseiros do Distrito de Santarém. O debate dos problemas que afectam a lavoura constituiu o ponto central da discussão, nomeadamente no que diz respeito ao arrendamento rural e às terras incultas. ■ No Porto, termina o Congresso da UGT, que se pretende central sindical paralela. O desentendimento entre as diferentes tendências foi patente, não tendo sido aprovados vários documentos que foram remetidos para um órgão que na altura não se encontrava eleito, o conselho geral. Mário Soares e Maldonado Gonetilha assistiram aos trabalhos no sábado. Sá Carneiro foi recebido, com palmas, no domingo.

O PCP pergunta:

1 O sr. vice-Primeiro-Ministro para os Assuntos Económicos anunciou há dias, através de um programa de televisão, o lançamento de uma nova "contribuição" dos portugueses...

PERGUNTA-SE: Quais as características (nomeadamente, incidência, taxas e forma de aplicação) do novo projecto de imposto?

2 Na sua recente intervenção na RTP, o sr. Primeiro-Ministro citou os resultados das empresas nacionalizadas em 1978...

PERGUNTA-SE: No conjunto, qual foi a contribuição do sector público para o produto nacional, para as receitas públicas (directa e indirectamente) e que fundos recebeu por transferência do OGE?

3 Fazendo coro com todos aqueles que pretendem encontrar a saída da crise na intensificação da exploração e da repressão dos trabalhadores, na sua recente intervenção na RTP o sr. Primeiro-Ministro procurou...

PERGUNTA-SE: Como justifica o sr. Primeiro-Ministro as graves afirmações acima referidas?

4 O Governo reconheceu publicamente que a taxa de inflação, em 1978, rondou os 25%, o que se traduz num fortíssimo aumento dos preços e do custo de vida.

PERGUNTA-SE: Reconhece o Governo que, contrariamente às suas promessas iniciais, a concretização das intenções agora anunciadas implicaria uma nova desvalorização dos salários reais dos trabalhadores, com novos e incontroláveis aumentos do custo de vida para a maioria da população laboriosa?

5 A anunciada "revisão do regime das rendas de casa" - afectando cerca de 10 milhões de portugueses já duramente atingidos pelas múltiplas consequências da recuperação capitalista - está a suscitar em todo o país um movimento de indignação e protesto de inquilinos, em particular dos que vivem (e são uma percentagem impressionante) em habitações antigas e fortemente degradadas.

PERGUNTA-SE: Dentro de que prazos e de acordo com que critérios tenciona o Governo levar a cabo a elevação das rendas de casa e como pretende (se pretende) combater o cada vez mais organizado mercado negro da habitação (cujos agentes todos os dias impunemente se socorrem da própria imprensa para publicitarem "chaves", "luvas" e outras escandalosas ilegalidades)?

PERGUNTA-SE: De que sentido se reveste, no âmbito da política de comércio do Governo, e que objectivos económicos e sociais comporta o despacho conjunto dos ministros do Comércio e Turismo e de Trabalho que obriga os supermercados Pão de Açúcar a estarem abertos ao sábado todo o dia?

7 A Assembleia da República aprovou um voto de protesto contra a resolução do Governo que pretende considerar ilegítima a intervenção das Comissões de Trabalhadores, mesmo a título consultivo, na Função Pública e reclamou do Governo as devidas explicações perante esta Assembleia.

PERGUNTA-SE: Pensa o Governo, em conformidade, revogar a referida resolução (n.º 10/79, in DR n.º 2, I Série, de 15 de Janeiro)?

8 A Portaria 17/79, de 12 de Janeiro, que estabelece princípios e normas relativas à arbitragem no futebol determina a dissolução de associações, e integração dos seus filiados noutras associações, bem como alteração dos estatutos destas últimas a sua posterior homologação.

PERGUNTA-SE: Qual o fundamento legal e constitucional deste conjunto de medidas administrativas?

9 Das recentes atitudes do Ministério da Comunicação Social face aos Conselhos de Informação decorre a conclusão de que o Governo nem tomou em consideração os pareceres emitidos por aqueles órgãos nem tem dado cumprimento à lei que os instituiu.

PERGUNTA-SE: Tenciona o Governo tomar providências no sentido de que venham a ser alteradas as deliberações que têm merecido a reprovação dos Conselhos de Informação?

10 O Governo procedeu recentemente à desintervenção dos jornais "Diário de Lisboa", "Comércio do Porto" e "Jornal de Notícias", não tendo respeitado as normas legais a que está obrigado em tal matéria, nem tendo em conta expressas recomendações do Conselho de Informação competente.

PERGUNTA-SE: Considera o Governo que tais desintervenções asseguram «a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião» (como determina o artigo 39.º da Constituição da República) e tenciona, por outro lado, assegurar a gestão racional e integrada das participações do Estado nessas empresas?

11 Considerando que já decorreram dois anos desde a aprovação por esta Assembleia das leis 5/77 e 6/77, de 1 de Fevereiro, que criaram, respectivamente, o Sistema Público de Educação Pré-Escolar e as Escolas Normais de Educadores de Infância, leis estas decorrentes do preceituado no artigo 74.º da Constituição da República;

PERGUNTA-SE: Quando e como tenciona o Governo dar cumprimento às Leis 5/77 e 6/77 desta Assembleia?

12 O preço oficialmente estabelecido para o trigo é reconhecidamente inferior aos respectivos custos de produção e foi anunciado só depois de grande parte das sementeiras estarem realizadas.

PERGUNTA-SE: Quais os indicadores que servirão de base ao preço fixado e que pensa o Governo fazer para dar resposta às justas preocupações dos produtores?

13 A criação de um Serviço Nacional de Saúde universal e gratuito é um imperativo constitucional e nacional que obterá, por certo, concretização legal a curto prazo, na Assembleia da República.

PERGUNTA-SE: Como é que o Governo compatibiliza tal redução orçamental com o desenvolvimento de acções preparatórias da concretização do Serviço Nacional de Saúde?

14 Considerando que relativamente ao regime geral da Previdência entre julho de 1975 e julho de 1978 as pensões de cerca de 40 mil reformados tiveram apenas um aumento de 250\$00 e que a pensão de mais de 80% dos reformados teve um escasso aumento de 750\$00 em relação ao valor estabelecido em 1975;

PERGUNTA-SE: Quando e como pensa o Governo resolver esta grave situação e dar satisfação às justas reivindicações dos reformados?

15 O Despacho Normativo n.º 326/78 (Diário da República, I Série, de 12 de Dezembro), que suspende o empreendimento do Alqueva, suscita grave controvérsia relativamente aos interesses nacionais no médio e longo prazo, e tem merecido uma viva oposição das forças sociais e políticas da região do Alentejo, bem como da generalidade das autarquias afectadas.

PERGUNTA-SE: Pensa o Governo, e com que fundamentos, manter a suspensão do empreendimento do Alqueva?

16 O Governo demitiu Nobre da Costa, exibindo as suas competências, deliberou proceder à desintervenção da Sociedade Transformadora de Papéis Vouga, de S. Paio de Oleiros.

PERGUNTA-SE: Pensa o Governo rever a decisão tomada pelo Governo demitido Nobre da Costa, repóndo a legalidade e atendendo à vontade e aos interesses dos trabalhadores?



Balanço positivo da APU em Riomeão Freixiel e Arcos

As populações de Riomeão, Freixiel e Arcos, nos concelhos de Vila da Feira, Vila Flor e Vila do Conde, respectivamente, elegeram no passado domingo as suas Assembleias de Freguesia.

Os resultados eleitorais, que deram o primeiro lugar ao PPD em Freixiel e Arcos e ao PS em Riomeão, serviram também para mostrar como a APU ganha implantação em zonas do norte do país onde até à data quase não tinha expressão.

Recebendo 195 votos em Riomeão, traduzidos em um mandato, contra os 61 votos obtidos nas eleições para a Assembleia Municipal em 1976, a APU aumenta para mais do dobro a sua votação.

Também em Freixiel, onde não havia igualmente concorrido em 1976, o Povo Unido conseguiu um mandato, recolhendo 46 votos. A votação obtida em Arcos, por seu turno, embora ainda pouco significativa (12 votos), não constitui propriamente uma surpresa, dado tratar-se de uma pequena freguesia com apenas meio milhar de eleitores onde o caciquismo e a influência de partidos reaccionários se sobrepõem aos interesses reais da população.

Em relação aos resultados das restantes listas, há a assinalar, para além da subida do PPD em Freixiel e Arcos, onde a sua votação passou respectivamente de 149 para 251 e de 193 para 237, a descida do PS em Riomeão e Freixiel (de 733 para 592 e de 196 para 149). Quanto ao CDS, que só se apresentou em Arcos e Riomeão, registou uma pequena quebra na primeira (de 177 para 163) e uma ligeira subida na segunda (de 529 para 541).

Destas eleições suplementares importa salientar ainda o facto das abstenções se manterem ao nível de 1976, tendo mesmo diminuído em Freixiel e Riomeão. Para tal contribuiu certamente a campanha da APU que, embora em zonas difíceis, desenvolveu uma intensa actividade de esclarecimento das populações, fazendo o levantamento de carências e colocando na ordem do dia a importância fundamental da participação popular na resolução dos problemas locais.

Mais do que os resultados, que levaram a voz da APU a mais dois órgãos autárquicos, importa colher os ensinamentos da experiência ganha no decorrer das três campanhas eleitorais, que sem dúvida aproximaram a APU daquelas populações e irão contribuir para o desenvolvimento do trabalho futuro do Povo Unido, em prol da defesa dos interesses populares e da gestão democrática nas autarquias.

Reformados, pensionistas e idosos MURPI intensifica luta por uma vida mais digna

Que o ano de 1979 seja um ano de grande esforço para a dinamização e esclarecimento de todos os reformados, pensionistas e idosos, através do reforço da unidade e expansão do MURPI - este o desejo expresso pelos representantes de cem organizações vindas de todo o país para participar no I Plenário Nacional do MURPI, realizado no passado sábado no refeitório da Carris, em Lisboa.

Os trabalhos do Plenário, que se destinaram à aprovação das formas de luta a desenvolver pelos associados, a escolher o «Dia do Reformado» e a eleger os novos corpos gerentes do Movimento, terminaram com a aprovação de um documento onde se exige a satisfação das reivindicações exigidas ao Governo em 1978.

Caso tal não se verifique, a luta dos trabalhadores que deixaram o activo deverá desenvolver-se através da realização simultânea, em tempo oportuno, de manifestações de reformados, pensionistas e idosos, em todos os distritos, protestando pela não satisfação do seu direito a uma vida digna.

As decisões do plenário apontam ainda para a preparação e realização de plenários alargados, em todos os distritos, com a participação dos trabalhadores no activo e da população em geral, para análise de problemas à escala nacional e local, bem como de problemas de interesse geral em cada distrito.

O levantamento das carências sociais dos idosos irá começar a ser feito, desde já, através de um inquérito que o MURPI se propõe realizar à escala nacional. Por outro lado, e tendo em vista o reforço da sua actividade e organização, aquele Movimento irá, durante o corrente ano, intensificar os seus contactos com os órgãos autárquicos para que apoiem as comissões de freguesia e criem centros de dia.

O I Plenário do MURPI - organização que vem cimentando a sua influência e contando com a adesão

de reformados, pensionistas e idosos, incluindo mulheres, que cada vez participam mais activamente no Movimento - aprovou também o primeiro sábado do mês de Outubro de cada ano como o «Dia do Reformado».

Para além da eleição do Conselho Técnico e Informativo do MURPI e da admissão de mais cento e cinco organizações de reformados de diferentes pontos do país, o plenário aprovou também diversas moções, a enviar aos órgãos de soberania.

De salientar, entre estas, a de apoio à Reforma Agrária e a de repúdio pela tentativa de despejo da Interdisciplinar, bem como pela recusa do Estádio 1.º de Maio para a manifestação do Dia dos Trabalhadores.

Neste último documento, que denuncia as tentativas para a divisão dos trabalhadores, salienta-se que a CGTP-Intersindical tem apolado, desde a primeira hora, a luta dos reformados, pensionistas e idosos, em estreita unidade com os trabalhadores no activo.

OS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS RECLAMAM AUMENTO DAS PENSÕES A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 1979

Table with 2 columns: Regime Geral and Regime Rural. It lists pension amounts and increases for different categories of workers.

- Congelamento imediato dos preços dos produtos essenciais.
- Criação urgente de um Serviço Nacional de Saúde, e desde já assistência medicamentosa gratuita.
- Desconto de 50% em todos os transportes urbanos, de longo e médio curso, sem limites mínimos de idade nem de quilómetros.
- Habitação Social e uma política de fiscalização de rendas que tenha em conta a baixa capacidade económica.



Lei das finanças locais em debate

Aplicar a Lei em 1979 é possível, necessário e urgente

A aplicação da Lei de Finanças Locais exigirá audácia, competência, capacidade de diálogo e imaginação. Os órgãos de poder local não aceitarão certamente que a falta destas características se invoquem "dificuldades técnicas" pretensamente insuperáveis como forma de pseudo justificar a vontade de manter inalterada uma situação que foi repudiada por unanimidade pela esmagadora maioria dos órgãos de poder local.

Estas palavras, proferidas por Luís Sá na sessão de encerramento do Seminário que a Revista "Poder Local" promoveu no passado fim-de-semana no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, consubstanciam a posição dos cerca de 500 participantes na iniciativa, que deixaram bem claro que é possível, necessário e urgente aplicar aquela lei em 1979.

Os trabalhos do Seminário, que se caracterizaram pela seriedade e profundidade dos debates, pela participada discussão dos temas propostos e ainda pela unanimidade dos pontos de vista defendidos, saldaram-se, inequivocamente, por um êxito.

Para tal contribuiu certamente a presença de eleitos de órgãos de poder local de todas as regiões do Continente e ainda da Região Autónoma da Madeira; de presidentes de Câmaras e outros eleitos pelas listas do PS, do PPD/PSD, da APU e do CDS e ainda a participação, a título oficial ou particular, de funcionários dos departamentos da Administração Central, bem como de representantes dos sindicatos da Administração Local e da Função Pública.

Como sublinhou Luís Sá, director da Revista "Poder Local", é sem dúvida significativo que num Seminário em que participaram eleitos das autarquias, técnicos e especia-

listas tão representativos e qualificados e de tão diversas opiniões políticas e opções partidárias, não se tenha levantado uma só voz dizendo que a Lei de Finanças Locais não pode ser aplicada em 1979.

Os argumentos utilizados para a não aplicação global de tão importante legislação foram, aliás, completamente desmontados durante o Seminário, que não só apontou sugestões e propostas concretas para a resolução de muitos problemas, como analisou também as consequências que a entrada em vigor desta lei acarreta, entre outros, para os Ministérios das Obras Públicas, da Administração Interna, da Educação e Investigação Científica, dos Assuntos Sociais, nos Tribunais Administrativos e Fiscais e no Tribunal de Contas.

Após a realização do Seminário, fez notar o director da revista, pode afirmar-se com segurança que as invocadas "dificuldades técnicas" não passam de uma cortina de fumo atrás da qual se esconde a falta de vontade política para aplicar a lei e uma política restritiva dos investimentos públicos em sectores básicos e que ligam estreitamente com as condições de vida das populações.

Por outro lado, ficou claro que o poder local e a sua autonomia, integrados no todo nacional através do respeito pela Constituição, pelo Plano, pelas leis e pelas decisões dos órgãos de soberania, têm um contributo inestimável a dar à saída da crise e ao progresso do país, não sendo portanto nem irrealistas nem desagregadoras do Estado e da unidade nacional as propostas dos que defendem um poder local forte, digno e eficaz.

A quem não interessa aplicar a Lei?

A aprovação da Lei das Finanças Locais na Assembleia da República, em Outubro de 1978, culminou um intenso período de luta da generalidade dos eleitos para os órgãos das autarquias e das populações, que já mereceram o apoio do PPD e do CDS, visando impedir na prática a aplicação da Lei n.º 1/79, apenas se podem explicar pela orientação antidemocrática e antipopular do actual Governo e daqueles dois partidos.

Embora contendo numerosas indefinições que permitem a aprovação de legislação complementar e a vasta regulamentação, a Lei n.º 1/79 representa uma transformação radical da Administração Pública portuguesa.

As manobras do Governo directista de Mota Pinto, que já mereceram o apoio do PPD e do CDS, visando impedir na prática a aplicação da Lei n.º 1/79, apenas se podem explicar pela orientação antidemocrática e antipopular do actual Governo e daqueles dois partidos.

Inimigos da descentralização e autonomia locais, avançam

argumentos contraditórios e fraudulentos para encontrarem os seus verdadeiros desígnios reaccionários. A sujeição às imposições do FMI, com o consequente estrangulamento da nossa economia, é uma das verdadeiras razões que são ocultadas pelos que estão dispostos a tudo para impedir um poder local autónomo e democrático.

Conhecendo o apoio que as populações dão à aplicação da Lei das Finanças Locais e sabendo que a existência de um poder local

ao serviço da democracia é um forte obstáculo à sua política de recuperação capitalista, latifundista e de submissão ao imperialismo, o Governo e as forças de direita procuram "justificar" a sua atitude com "dificuldades técnicas" que nem sequer se propõem resolver, com pretensos inevitáveis despedimentos de trabalhadores da Função Pública, e até chorando lágrimas de crocodilo pelas pobres autarquias que ficarão (enfim) libertas da pesada tutela central.

Mas quem dizem os directamente interessados, a propósito de tudo isto?

Dos seus aspectos mais positivos, importa salientar a extinção dos subsídios e comparticipações (que permitam discriminações e arbitrios na distribuição dos dinheiros públicos); a desburocratização dos fluxos financeiros entre a administração central e local; o fim da imensa dispersão das verbas pelas mais diversas rubricas do OGE; a fixação de um montante mínimo de participação das autarquias nas despesas públicas previstas no OGE.

Embora não represente a varinha de condão que virá resolver todos os problemas da Administração Pública, tomando-a numa máquina perfeita ao serviço das populações, esta lei constitui um factor decisivo para a real autonomia dos órgãos de poder local.

A expectativa criada em torno da reivindicação da Lei de Finanças Locais e a natural alegria com que a sua aprovação foi recebida - independentemente das transformações que dela decorrem, das novas exigências e responsabilidades que coloca às autarquias, sobretudo as mais carenciadas em recursos humanos - foram contudo esbarradas pela posição posteriormente assumida pelo Governo de Mota Pinto, que pretende negociar com alguns partidos políticos a sua não aplicação total ou parcial durante o corrente ano.

Após a luta persistente e unitária dos órgãos de poder local e das populações, durante dois anos, seria gravíssimo que, por pseudo "dificuldades técnicas", se negociasse nos gabinetes uma tal decisão que frustraria as expectativas, adiaria uma vez mais a satisfação das necessidades básicas das populações e violaria a própria Constituição.

Unidade na defesa da Lei

A convergência de opiniões manifestada durante os trabalhos do Seminário mostra bem como é possível a unidade em torno de problemas concretos, independentemente das opções político-partidárias, quando existe a vontade de defender de facto os interesses das populações.

Da Madeira, por exemplo, veio um eleito dum Assembleia de Freguesia e membro da Federação Regional do PS, que denunciou a repressão que se vive naquela Região Autónoma, onde as pessoas progressistas têm sérias dificuldades para encontrar emprego e arriscam a própria segurança diariamente.

Durante bastante tempo - afirmou-nos - recebi ameaças e telefonemas anónimos, por ser socialista. Cheguei mesmo a não poder sair à noite. As leis ali são interpretadas, à vontade do Governo Regional. Tal como muitas outras, receio que a das Finanças Locais não chegue à Madeira. No entanto, considero esta lei muito importante e a sua realização no Seminário muito oportuna, pois muitos de nós estão sozinhos a trabalhar e precisamos de uma política esclarecedora.

Este Seminário foi muito útil, nesse aspecto, pois ficou ainda mais claro como, com a nova legislação, se pode contribuir para o desenvolvimento das autarquias. Pensei que seria pessimista, depois de tanto tempo de espera, não a aplicar. Isso seria uma decepção para todos e um recuo que não poderemos aceitar.

Identica foi a opinião do presidente do município de Sintão de Alentejo, apesar de considerar de serem ponderadas as dificuldades que alguns municípios poderão vir a sentir com a aplicação da lei de finanças, esta não poderá de modo algum ser posta em causa, principalmente depois de toda a luta que se travou para a sua aprovação.

Para Mário Martins, técnico da Câmara Municipal de Lisboa, o debate foi esclarecedor, pois permitiu a abordagem de diversos problemas que reflectem as dificuldades de vários sectores, que poderão ser resolvidos com a aplicação da lei.

Como técnico, salientou, penso que sem descentralização de poder não se resolverão os problemas mais prementes da população. O absurdo corte de verbas que o governo propõe não é uma questão técnica mas sim política, de subordinação às imposições do FMI.

Para Vírgo de Oliveira, do PCP, o Seminário mostrou as grandes perspectivas de larga unidade dos trabalhadores e das classes laboriosas da população seria uma democracia verdadeira, garantindo que a lei será aplicada sem falsas adaptações, de forma a que as autarquias possam resolver as suas mais urgentes carências e justas anseios por melhores condições de vida, com o respeito pelas liberdades democráticas e pelas restantes conquistas de Abril.



Cerca de meio milhar de pessoas das mais diversas opiniões políticas participaram no Seminário sobre a aplicação da Lei de Finanças Locais promovido pela Revista Poder Local

Algumas conclusões do seminário

Das conclusões dos debates, que certamente irão ser compiladas como importante material de estudo, resultaram algumas ideias-força que foram salientadas na sessão de encerramento.

Considerou-se, por exemplo, que a transferência de maiores recursos financeiros para o poder local deverá permitir o maior ritmo de investimentos nos sectores cuja responsabilidade já estava a cargo das autarquias e ser acompanhado, já no início de 1979, da transferência de novas atribuições.

Por outro lado, ficou demonstrado que é completamente falsa a ideia de que a aplicação da Lei de Finanças Locais representaria um aumento incontrolável nas despesas públicas, pois trata-se de transferir para o poder local a responsabilidade do financiamento e da decisão política em alguns sectores em que até hoje a decisão cabia indistintamente à Administração Central.

Outro tanto sucedeu no que toca à propagada ideia pelo Governo de que a aplicação da lei causaria a desocupação de trabalhadores da Administração Central. Como se sublinhou, a implementação do sistema de planeamento previsto na Constituição e na Lei n.º 31/77, a criação do sistema unificado e descentralizado de segurança social; a execução da lei de eliminação do analfabetismo; a cobertura de todo o país com o ensino infantil recentemente criado; a implementação do Serviço Nacional de Saúde em todo o país; a realização, com âmbito nacional, de empreendimentos e realizações nos sectores das obras públicas, da cultura, do desporto, etc., são alguns dos exemplos de estruturas a criar e actividades a desenvolver que ocuparão inevitavelmente os trabalhadores da Função Pública anteriormente monopolizados por tarefas burocráticas e de actividades social duvidosa.

As conclusões referem ainda a necessidade da criação das Regiões Administrativas e das Regiões Plano e o desenvolvimento do associativismo municipal, para a gestão em comum de investimentos e serviços, em condições de paridade de dignidade e capacidade de realização que a Lei de Finanças Locais lhes confere.

# Um Encontro de Bancários de interesse nacional

No sentido de extrair conclusões que contribuam para a defesa dos interesses económicos e sociais do país, para a defesa do sector nacionalizado da economia e para a defesa da banca nacionalizada, o Organismo de Direcção dos Trabalhadores Bancários de Lisboa do PCP está a preparar o Encontro sobre problemas da gestão e reestruturação da banca que decorrerá, na Voz do Operário, em sessão plenária, no dia 10 do corrente.

Num comunicado aos trabalhadores bancários, o Organismo enumera os objectivos do Encontro, aponta exemplos do papel relevante que o sistema bancário tem desempenhado como instrumento ao serviço da recuperação capitalista e lembra que «a participação neste Encontro será aberta não apenas a bancários comunistas, mas também a outros trabalhadores, gestores, técnicos, membros de Comissões de Trabalhadores e Sindicais e, bem assim, a quantos desejem contribuir para a estruturação de uma banca nacionalizada ao serviço do desenvolvimento económico e social do país».

De acordo com o mesmo comunicado, são os seguintes os objectivos do Encontro: analisar os principais problemas relacionados com a gestão e reestruturação do sistema bancário e sua discussão; denunciar as manobras desenvolvidas e as medidas

bancos» (1.ª secção), «reestruturação e organização bancária» (2.ª secção), «política monetária e política de crédito» (3.ª secção), «política de pessoal» (4.ª secção) e «controlo de gestão; participação dos trabalhadores» (5.ª secção).

Preparado desde meados de Dezembro findo, o Encontro tem contado com a participação unitária de técnicos e quadros bancários. Para além da preparação, aberta a todos os trabalhadores interessados e não apenas aos comunistas, o trabalho unitário reflecti-se à própria realização do Encontro que contará com intervenções de trabalhadores que não são militantes do Partido.

A preparação desta iniciativa dos bancários comunistas tem a apoiar uma comissão técnica que funciona junto do Organismo promotor. Foi ela que elaborou os temas gerais incluídos nas 5 secções em que se dividem os trabalhos. Em cada Banco realizaram-se, entretanto, e vão ainda realizar-se, encontros unitários para a discussão desses temas e para o seu enriquecimento. Para ontem estavam previstas reuniões no Foz de Avelãs, em Burnay, Borges e Irmão e Pinto & Sotto Mayor. Hoje, haverá encontros

preparatórios no Português do Atlântico e na Caixa Geral de Depósitos. No próximo dia 5 será a vez da União dos Bancos Portugueses.

As Células têm participado activamente na preparação do Encontro, apresentando inclusivamente trabalhos elaborados com a ajuda de técnicos não militantes do Partido.

Além das sessões abertas à participação de todos os interessados (encerramento e 5.ª secção) o Organismo dos Bancários convidará a assistir ao Encontro membros dos Conselhos de Gestão e das CTs da banca, organismos do PCP, incluindo o dos Bancários do Porto (com uma intervenção), a Comissão Coordenadora das CTs da Banca, organismos do MDP/CDE e da UEDS ligados ao sector, grupos parlamentares do PCP e PS, Cintura Industrial de Lisboa e Organismo de Direcção dos Pequenos e Médios Comerciantes (com uma intervenção).

A preparação deste Encontro, o trabalho já feito e a fazer, apoiado e em dados concretos e profundamente discutidos, conferirão a esta iniciativa a realização do seu objectivo central: a defesa da banca nacionalizada, no interesse dos trabalhadores e do país.

# A luta contra o desemprego mobiliza milhares de jovens em Braga

Cinco mil jovens do distrito de Braga, apelando para muitos mais, manifestaram-se na capital do Minho contra o desemprego que grassa entre a juventude trabalhadora por todo o país. Só na área do distrito são cerca de 25 mil os jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego. A União dos Sindicatos de Braga, através do seu departamento de juventude, convocou essa manifestação, apoiada expressamente por mais de meia centena de organismos e núcleos juvenis, para condenar uma política que não serve aos trabalhadores e ao país. Mas convocou-a também para lembrar «a necessidade de que todos nós (jovens trabalhadores) salamos determinados a alargar a outros jovens o mesmo espírito de luta, de



À população. Reivindicações nacionais, que interessam a todo o povo, são a marca de uma juventude disposta à luta e ao protesto por uma vida melhor.

# Alguns passos a assinalar na verticalização sindical

Nos primeiros meses de 1974, antes do 25 de Abril, havia em Portugal 325 «sindicatos nacionais» para perto de 1800 mil trabalhadores. A fim de os dividir nas empresas, essas corporações, que o fascismo criou para substituir os Sindicatos, agrupavam os trabalhadores por profissões, nos vários sectores de actividade, nas regiões e a nível do país.

Depois do 25 de Abril, o número dos Sindicatos aumentou. Segundo o documento-base sobre verticalização sindical, em discussão para a Conferência Nacional de Organização Sindical, que a CGTP-IN levará a efeito em meados de Fevereiro, existiam em Portugal, em fins de Outubro do ano findo, 368 Sindicatos representando 2 100 000 trabalhadores.

«A primeira vista — refere aquele documento — dir-se-ia que a situação existente em 1974, longe de ter sido melhorada, sofreu um recuo. Esta não é, porém, a realidade. No número de Sindicatos actualmente existentes estão incluídos 53 Sindicatos constituídos em sectores que então não possuíam representação sindical e que, com o 25 de Abril, viram criadas condições para a sua organização, tais como: o sector agrícola, o sector público (administração central e local), o sector público do ensino, o sector das comunicações, o sector das pescas, o serviço doméstico e, no sector alimentar, os ramos das bebidas e das conservas de produtos vegetais. Aquela situação incluiu ainda 25 sindicatos paralelos, constituídos à margem dos interesses dos trabalhadores e visando a sua divisão e a criação

do Movimento Sindical Unitário e muitos dos quais procuram levar a divisão corporativa a um refinamento que nem o projecto fascista considerou necessário».

Contra essa situação, que o divisionismo procura agravar, e apesar das dificuldades que a verticalização levanta e que abordaremos num próximo artigo, a reestruturação sindical tem avançado no sentido do reforço da unidade orgânica e dos trabalhadores. Entre outros casos, são de salientar os processos de fusão de Sindicatos no sector alimentar (hidratos de carbono), no têxtil, lanifícios e vestuário, no sector ferroviário, na construção civil e madeiras, no comércio, nas indústrias eléctricas, na metalurgia e nas moagens.

Depois do Congresso de Todos os Sindicatos (fins de Janeiro de

1977) também se avançou no campo da definição dos sectores, passo indispensável para a verticalização. Avanços significativos foram nomeadamente a integração do sector vidro na Federação da Cerâmica, do sector gráfico e dos trabalhadores na Imprensa na Federação da Celulose, do sector das indústrias extractivas (minas) na Federação dos Metalúrgicos.

Todos estes avanços na via da verticalização representam sólidas vitórias contra os amarelos, contra todos os divisionistas, e servem para melhorar a capacidade de intervenção dos trabalhadores organizados na defesa dos seus direitos e interesses, numa situação marcada pelos ataques à Constituição e às conquistas mais válidas que ela consagra e defende.

# A Banca nacionalizada ao serviço da recuperação capitalista

Alguns exemplos:

- A prática de perdoar dívidas a empresas onde ainda intervêm representantes de grandes capitalistas;
- A não exigência do pagamento de vultuosos empréstimos a empresas onde ainda intervém o grande capital, concedidos a figuras destacadas do regime fascista ou ligadas a partidos de direita;
- A facilidade na concessão de avultados créditos ao sector capitalista de maior dimensão ou a grupos monopolistas nascentes;
- A recusa de crédito e a aplicação de condições incomportáveis ou exigência de garantias inaceitáveis quando os beneficiários são pequenos e médios comerciantes, cooperativas, unidades colectivas de produção, empresas em autogestão ou intervencionadas;

- A morosidade ou limitações no crédito ao sector nacionalizado;
- A cuidada preparação dos serviços bancários para proceder ao pagamento das indemnizações aos antigos donos das empresas nacionalizadas;
- A utilização do poder orientador do Banco Central como meio de fazer cumprir as exigências do FMI, que beneficiam os grandes países capitalistas, os monopólios internacionais, em detrimento do desenvolvimento económico do país;
- A manutenção de uma política conservadora, o congelamento da reestruturação bancária, a nomeação de gestores, na sua maioria pessoas de confiança dos antigos donos, enquadrados em organizações de direita, apostados em travar a via socialista e impacientes pela desnacionalização bancária.

# Criada a Federação Distrital de Santarém dos agricultores e das suas organizações

## — decisão do 2.º Encontro P. M. A. S. R.

«Reforço do Movimento Camponês, por uma vida melhor nos campos». Este o slogan do 2.º Encontro de Pequenos e Médios Agricultores, Rendeiros e Seareiros do distrito de Santarém. Esta a urgência colocada em cada intervenção dos pequenos agricultores presentes, fossem eles da Brigueira, de Alcaneira, de Alpiarça, de Almeirim, de Santarém ou de outras terras ribatejanas.

«Proprietários pedem — protegidos pelo facto de o Governo não fazer sair a tabela das rendas máximas — o seu significado para centenas e centenas de famílias que, durante seis meses em cada ano, fazem da seara de melão e de tomate o ganha-pão para os restantes seis meses: «E agora o que fazamos?»

«Uma das moções mais importantes, aprovada por unanimidade, reflecte as preocupações de larga maioria dos agricultores do distrito — exactamente daquelas que fazem arrumamento de campanha. Nesta moção, o 2.º Encontro dos PMARS do distrito de Santarém exige que o Governo faça entrar em vigor até 15 de Fevereiro a portaria que regulamenta o arrendamento de campanha para 1979 e que sejam sempre ouvidas as organizações dos trabalhadores. A saída desta portaria será o único meio de liquidar a especulação desenfreada de proprietários que, estão a pedir rendas de 12 a 16 contos por hectare e de salvaguardar os interesses dos

seareiros que se vêem sem garantia de terras para campanha enquanto grandes propriedades se encontram incultas ou subaproveitadas.

«Além desta reivindicação relativa ao arrendamento da campanha, no âmbito do arrendamento outras surgem nas conclusões: a obrigatoriedade de os contratos serem feitos por escrito e as rendas pagas em dinheiro (muitos senhorios ricos tentam ressuscitar pela força a parceria); crédito por direito de preferência na compra da terra (direito que pertence ao rendeiro e que é sistematicamente ignorado pelos senhorios, que vendem a terra a outros, expulsando os rendeiros); e execução do Decreto-Lei n.º 547/74 que estabelece a remissão de terras, a fim de que a terra que foi desbravada pelos pequenos agricultores ou pelos seus

antepassados possa ser adquirida pelos actuais, conforme é desejo há muito manifestado pelos agricultores de Casais Velhos, Gatinheira, Courelas Novas e Gagos (Almeirim), Foros de Almada (Benavente), Várzea, Califórnia e Fazendas Vilelas (Salvaterra de Magos).

«Quanto às grandes propriedades subaproveitadas ou incultas, como é o caso da Quinta da Aramancha, Quinta de Santa Olávia (Cartaxo) e tantas outras, o 2.º Encontro concluiu da necessidade de os grandes proprietários obrigatoriamente as cultivarem ou então entregá-las aos agricultores pobres ou aos trabalhadores rurais.

«As outras conclusões dizem respeito à urgência da entrega de terras nacionalizadas que permanecem nas mãos dos agrários aos pequenos agricultores e aos trabalhadores rurais, devendo as organizações de uns e outros serem ouvidas quanto ao critério de distribuição das terras, o qual deve ser acompanhado por garantias de apoio técnico e financeiro por parte do Governo. No quadro da produção agrícola, as grandes conclusões relacionam-se com a produção do vinho e do leite, que ocupam milhares de agricultores do distrito.



# As eleições para os órgãos de gestão democrática no Ensino Superior

## — um dos principais temas abordados na 3.ª Assembleia da Organização de Lisboa da UEC

«Consolidar e alargar a unidade estudantil. Reforçar a UEC». Este o lema da 3.ª Assembleia da Organização do Ensino Superior de Lisboa (UESL) dos estudantes comunistas, que se realizou no passado fim-de-semana na Faculdade de Letras, culminando em amplo debate preparatório que mobilizou centenas de militantes de todas as faculdades e institutos de Lisboa. Tal como refere o «Manifesto» aprovado no final do encontro, colocam-se presentemente àqueles militantes da UEC três importantes tarefas: reforçar a organização na perspectiva do seu alargamento, da sua implicação, da sua presença política e da sua acção para o combate ideológico;

«Como é característico das iniciativas realizadas pelos comunistas, a Assembleia da UESL da UEC orientou os seus trabalhos na base da análise crítica, objectiva e coerente dos problemas e deficiências da organização, apontando os erros cometidos, formulando propostas para a sua superação, abrindo perspectivas para o melhoramento do trabalho no presente e no futuro.

«Tal como refere o documento central da Assembleia, inúmeras batalhas se colocam aos estudantes portugueses. Para o corrente ano lectivo, definem-se como principais objectivos de acção política nas escolas: acções de solidariedade com a Reforma Agrária e as

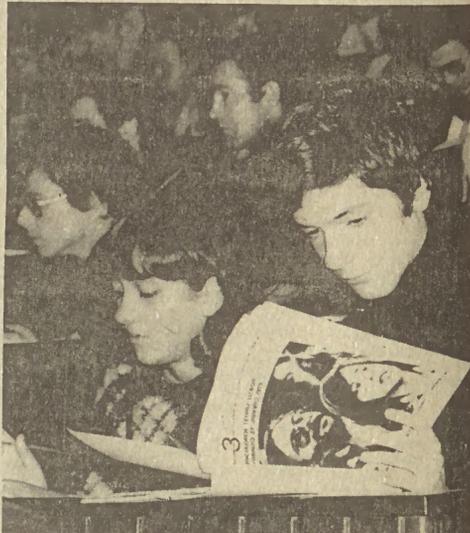
nacionalizações; realizações no âmbito do Ano Internacional da Criança; participação e divulgação das grandes iniciativas do Partido, nomeadamente os encontros de quadros técnicos e do desporto; iniciativas próprias de solidariedade com a juventude e os estudantes do Mundo em luta, juntamente com os seus povos, contra o imperialismo, o fascismo, o colonialismo, o neocolonialismo e o racismo; iniciativas de divulgação das grandes conquistas da juventude, da cultura e da ciência nos países socialistas; acções de divulgação e condenação da bomba de neutrões.

«No âmbito da actividade apontada ao reforço da UEC e da unidade estudantil, na luta por uma sociedade mais justa no caminho de Abril, a Assembleia da UESL da UEC salientou, nomeadamente, que a unidade na acção é uma união dialéctica entre a democracia e o centralismo, que permite respeitar a variedade de interesses da juventude estudantil, diversificando a sua acção, utilizando uma variedade de riqueza e métodos de trabalho consoante as frentes de actividade próprias e atendendo aos estudantes a que se dirigem.

«Por outro lado, foram debatidas, num ambiente de viva participação, questões mais específicas relacionadas com a actividade da organização: o trabalho de direcção, os secretariados intermédios, a Secção de Informação e Propaganda, os fundos, as quotas, o recrutamento e a política de quadros.

«No decorrer da Assembleia, na qual foi também feita uma intervenção pelo camarada Albano Nunes, do Comité Central do Partido, que abordou em particular

as conclusões da reunião do CC de 18 de Janeiro, foram igualmente discutidos os aspectos que se salientam presentemente na participação dos estudantes comunistas no Movimento Associativo das escolas do Ensino Superior de Lisboa. Foi analisado o trabalho desenvolvido pelas direcções associativas unitárias (Letras, Medicina, ISE, ISCTE, ISEF, ISEL e ISCAL), nomeadamente as iniciativas culturais, desportivas, recreativas e de convívio, a prestação de serviços e a imprensa associativa, tendo também sido debatida a política de unidade, o trabalho a desenvolver onde não existem direcções associativas unitárias, o trabalho de curso e de turma, a situação dos trabalhadores-estudantes, a política de apoio social, e o Ano Propedéutico.



Os trabalhos da 3.ª Assembleia da Organização do Ensino Superior de Lisboa (UESL) da UEC foram seguidos com grande atenção pelos presentes

# O 1.º Encontro da Organização do Secundário

A Organização do Ensino Secundário de Lisboa da UEC também levou a efeito recentemente o seu 1.º Encontro, no qual participaram centenas de estudantes comunistas.

Entre outros, foram debatidos os seguintes documentos: «O papel da UEC nas escolas e o estudante comunista», «Organização» (quotas e fundos, o trabalho de organização e as escolas grandes, recrutamento, planos de trabalho, adaptação da organização a diferentes condições, o estilo de trabalho, quadros, trabalho ideológico, discussão política), «Trabalho de massas» (o Movimento Associativo que temos e o Movimento Associativo por que lutamos), «A Imprensa e a propaganda no Secundário de Lisboa» e «Dinamizar a cultura nas escolas».

«O facto de não cumprir uma tarefa é uma questão colectiva e não uma questão pessoal, tal como o facto de a cumprir é um contributo necessário para a concretização dos objectivos definidos pelo colectivo. Os planos de trabalho deverão partir da realidade da escola e da organização. Devem incluir, não um «relatório» de boas intenções e frentes possíveis de trabalho, mas sim as tarefas e as frentes adequadas a cada escola. E isto tanto no que respeita à organização (agarrar e enquadrar os militantes, recrutamento, quotas, fundos, trabalho ideológico e quadros, etc.) como ao trabalho de massas (trabalho associativo, trabalho eleitoral, conselhos directivos e pedagógicos, delegados de turma, comissões de finalistas, trabalho cultural, desportivo e de convívio, iniciativas várias).

«O trabalho de massas (trabalho associativo, trabalho eleitoral, conselhos directivos e pedagógicos, delegados de turma, comissões de finalistas, trabalho cultural, desportivo e de convívio, iniciativas várias).

«O trabalho de massas (trabalho associativo, trabalho eleitoral, conselhos directivos e pedagógicos, delegados de turma, comissões de finalistas, trabalho cultural, desportivo e de convívio, iniciativas várias).

Semana

24 Quarta-feira 1965 — Morre Winston Churchill, foi primeiro-ministro britânico durante a II Guerra Mundial

O ministro sionista dos NE, Moshe Dayan, ameaça com extermínio e deportação a população árabe residente em Israel e nos territórios ilegalmente ocupados... A Organização de Libertação da Palestina (OLP) acusa a polícia secreta de Israel — a «Mossad» — de ter assassinado o seu dirigente Abu Hassan... Segundo estatísticas dadas a conhecer em Bruxelas, a média de desempregados nos países da CEE no ano de 1978 fixou-se em cinco milhões e 950 mil, o que representa um aumento de 3,9% em relação a 1977...

25 Quinta-feira 11949 — A URSS, Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Polónia e Roménia fundam o CAME — Conselho de Ajuda Económica Mútua

Segundo círculos diplomáticos da ONU, esta organização deverá enviar as suas primeiras tropas para o Sudoeste Africano (Namíbia) no fim de Fevereiro... O Papa João Paulo II deixou Roma para uma viagem ao estrangeiro que se prolongará até 31 de Janeiro e que o levará a São-Domingos e ao México, onde participará na 3.ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano... A revista oeste-alemã «Stern» revela que a ditadura chilena recebeu da RFA pelo menos 190 foguetes anticarro do tipo «Mamba» em 1977, apesar das restrições impostas naquele país à exportação de armas...

26 Sexta-feira 1945 — O Exército Vermelho entra no Campo de Concentração de Auschwitz.

O Partido Comunista Italiano retirou o seu apoio ao governo minoritário da Democracia Cristã acusando-o, nomeadamente, de viragem à direita e desrespeito pelos compromissos assumidos... Morrem pelo menos 500 pessoas no desbaratamento de um comboio-expresso a Oeste de Dacca, capital do Bangla Desh... Morre o antigo vice-presidente dos EUA Nelson Rockefeller... Um grupo da organização fascista «guerrilheiros do Cristo Rei» provoca distúrbios na Universidade de Madrid, ferindo seis pessoas, duas das quais a tiro... Eclodem greves em toda a Espanha... É constituído pela Síria e o Iraque o Comando Supremo Conjunto... O governo de Shapur Baktiar lança as Forças Armadas contra gigantescas manifestações que exigiam a reabertura dos aeroportos do Irão, causando mortos e feridos.

27 Sábado 1973 — Assinatura dos acordos sobre a cessação da guerra e o restabelecimento da paz no Vietname.

O governo britânico desencadeia uma campanha de propaganda contra o movimento grevista, acusando especialmente os cem mil camionistas em luta de «provocarem» uma escassez geral de matérias-primas... A rádio cambodjana anuncia a publicação do primeiro jornal, no país, desde 1975... As autoridades bolivianas expulsam dois chilenos por actividades de espionagem... A Organização dos Povos do Sudoeste Africano (SWAPO) acusa o governo racista sul-africano de ter formado um comando de 90 homens para levar a cabo o assassinato de líderes do Movimento na Namíbia... A Coreia do Norte propõe à Coreia do Sul encetar conversações no começo de Abril próximo, a fim de se iniciar o diálogo entre os dois países... O Conselho da Revolução argelino dissolve-se com a abertura do Congresso da Frente Nacional de Libertação (FLN), que vai escolher o candidato a sucessor de Houari Boumediene.

28 Domingo 1930 — O rei espanhol Afonso XIII demite Primo de Rivera.

O vice-primeiro-ministro Deng Xiaoping (fong Hsiao-ping) chega a Washington, na primeira visita oficial dum dirigente da República Popular da China aos EUA... O Ministério moçambicano da Defesa anuncia ter sido abatido sobre território nacional, no dia 18 deste mês, um caça «Mirage» da Força Aérea rodésiana... Termina num impasse a viagem ao Médio Oriente de Alfred Atherton para reactivar a «paz» israelo-egípcia... O Papa João Paulo II inaugura no México a 3.ª Conferência Episcopal Latino-Americana... O presidente da RP de Angola, Agostinho Neto, chega a Cabo Verde para uma visita particular e de repouso de três dias... O exército iraniano volta a disparar sobre gigantescas manifestações, fazendo centenas de mortos e feridos.

29 Segunda-feira 1944 — Os alemães são forçados a retirar de Leninegrado, depois de um cerco de aproximadamente dois anos.

O «ayathollah» Khomeiny adia mais uma vez a sua partida para o Irão... O primeiro-ministro britânico, James Callaghan, reúne-se com os principais dirigentes sindicais do país para tentar pôr fim às greves contra a contenção de salários... Uma bomba comandada à distância explode no País Basco ferindo três Guardas Civis, um dos quais gravemente... Preconizando mudanças regimentais, o presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas suspende «sine die» a sua 33.ª sessão... Os EUA admitem, de forma implícita, o fracasso do embaixador Alfred Atherton no Médio Oriente, ao abandonar a estratégia de negociação separada com o Egito e com Israel para a «paz» separada entre estes dois países.

30 Terça-feira 1933 — Hitler é nomeado chanceler do Reich.

O presidente Carter, dos EUA, é convidado oficialmente por Deng Xiaoping, vice-primeiro-ministro chinês, a visitar os Estados Unidos, a visitar a China... O presidente Carter ordena a criação de uma «comissão especial» para supervisionar os processos de «desestabilização» que possam surgir nos países de crucial importância para os Estados Unidos.

Irão: que futuro?

Ao fim de uma semana, os aeroportos do Irão foram abertos à fuga ininterrupta de estrangeiros e ao regresso do ayatollah Khomeiny, no exílio há 15 anos. Ao longo destes dias o governo de Baktiar, que diz contar com o apoio dos militares, tudo fez para edificar este regresso, tentando o diálogo e depois a ocupação militar dos aeroportos do país, encerrando-os ao tráfego. Mas as mesmas forças que impuseram nas ruas de Teerão e por todo o país a saída do Xá, conseguiram agora o regresso de Khomeiny.

No mesmo momento em que Baktiar anunciava que não iria a Paris contactar com o dirigente religioso — que se recusou a recebê-lo ao mesmo tempo exigindo a sua demissão — e que os aeroportos seriam reabertos, tropas iranianas voltavam a abrir fogo sobre a multidão que, concentrada aos milhares, exigia o regresso do ayatollah, a implantação da República, reafirmando a sua disposição para a luta, mesmo armada, contra o governo denominado pelo Xá. Uma imagem repetida das imensas manifestações dos últimos dias, das centenas e centenas de manifestações realizadas no Irão ao longo deste processo de luta contra a ditadura. Flores foram colocadas nos locais onde caíram as vítimas da repressão nas manifestações de domingo, que reduziram à sua insignificância a manifestação organizada oficialmente de apoio ao governo.

Também no exército a situação não é segura para

o governo. Como admitiu o comandante supremo da aviação, estão a aumentar os movimentos de protesto na Força Aérea. Por outro lado, Mehdi Bayargan, principal colaborador de Khomeiny, reuniu com chefes militares iranianos, declarando depois que as forças armadas do país não intervirão nem para defenderem o governo nem para desencadear um golpe de Estado.

Nada está de momento definido em relação ao futuro do Irão. Em declarações proferidas em Paris, o porta-voz do ayatollah Khomeiny afirmou que será criado um conselho islâmico revolucionário, que instalará um governo de transição e promoverá um referendo antes das eleições para uma assembleia constituinte. O Partido Tudeh do Irão apoia Khomeiny, como dirigente nacional e religioso que neste momento desempenha um papel progressista. O movimento da oposição assume, no seu conjunto, um



Bairros de lata em Teerão. O povo iraniano quer erradicar a miséria do seu país

carácter democrático e anti-imperialista, que esbarra unicamente com a resistência dos círculos monárquicos, dirigentes militares e cúmplices do imperialismo, alarmados com a hipótese da perda dos interesses económicos e estratégicos centrados no Irão.

Enquanto as massas na rua se impõem como um factor determinante no evoluir dos acontecimentos no país, um facto importante passa mais ou menos despercebido: os Estados Unidos decidiram enviar óleo diesel e gasolina para o Irão, para ajudar o governo de Baktiar a manter em circulação veículos militares e oficiais. Um facto

que revela uma vez mais a ingerência dos EUA, o seu apoio directo na repressão contra o povo iraniano. E também a importância decisiva do movimento dos trabalhadores, das greves na indústria petrolífera, no sistema bancário, nos mais diversos sectores da economia. Greves cujo peso na vida política do Irão ninguém pode subestimar. E que representam a intervenção directa, a determinação das massas trabalhadoras iranianas, na luta contra a tirania, por um novo regime, conforme com os seus interesses.

Esta vontade, esta intervenção, marcarão o seu curso no futuro do país.

V Congresso do PC Checoslovaco uma data histórica do país

O dia 18 de Fevereiro inscreveu-se para sempre como uma data decisiva na história do Partido Comunista da Checoslováquia. Foi nesse dia de 1929, em Praga, que se iniciou o V Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia, que se prolongaria até 23. Nesses 6 dias históricos foi necessário levar até ao fim a luta travada pelas forças marxistas-leninistas do Partido contra os oportunistas e sabotadores. Participaram nele 124 delegados com voto decisivo e 52 com voto consultivo. Noventa por cento dos participantes eram operários.

A principal exposição sobre «A situação e tarefa do Partido» foi proferida por Klement Gottwald, a que se juntaram outras

ocupando-se da análise do desenvolvimento económico e político da República Checoslovaca, da sua posição internacional, das consequências sociais da estabilização capitalista, da radicalização das camadas operárias, da política dos partidos reformistas e dos sindicatos, do desenvolvimento actual e das causas da crise do PC da Checoslováquia.

O Congresso determinou a linha geral do Partido e os caminhos da sua concretização, tendo declarado como principal objectivo a derrota revolucionária da sociedade capitalista e a instauração da ditadura do proletariado. Foi decidida a liquidação dos grupos oportunistas dentro do Partido

e a estruturação orgânica na obediência aos princípios do centralismo democrático, a consequente transformação do Partido na base dos princípios de organização nas empresas, a constituição de fracções do PCCh nos sindicatos e outras organizações de massas.

O Partido Comunista da Checoslováquia, com o seu V Congresso, entrou numa nova etapa do seu desenvolvimento, na etapa da maturidade política. A direcção do Partido encabeçada por Klement Gottwald, capaz de levar a cabo, numa forma criadora, o marxismo-leninismo nas condições da Checoslováquia de então, passou a ser uma garantia da sua vitalidade. A linha de

orientação justa saiu vitoriosa no V Congresso porque o Partido tinha salientado, como ponto principal do seu esforço, a activação revolucionária da classe operária. Esta linha levou o Partido Comunista da Checoslováquia, definitivamente, da sua passividade oportunista para a actividade bolchevista, e que se tomou a base de toda a sua futura luta revolucionária.

O V Congresso do PCCh foi o começo decisivo da luta que levou a classe operária e todo o povo trabalhador checoslovaco ao poder político em Fevereiro de 1948 e, mais tarde, na via da construção duma sociedade socialista desenvolvida.

Europa: a política do capital não serve

Acéntua-se, em vários pontos da Europa capitalista, uma crise económica, social e política. Com diferentes situações, a Itália, a Grã-Bretanha, a Espanha e Portugal são neste momento expoentes dessa crise.

No dia 29 do mês findo deveria ter-se iniciado o debate parlamentar sobre o plano trienal elaborado pelo governo de Andreotti. Mas o plano não chegou a ser debatido. Na véspera, o Partido Comunista Italiano retirou o seu apoio ao governo minoritário democrata-cristão, que não só vinha a seguir uma política de desrespeito pelo acordo firmado em Maio de 1978, com o PCI, o PSI, o Partido Social-Democrata e o Partido Republicano, partidos que assim passaram a apoiar o governo, como se estava a orientar numa nitida inflexão à direita. O plano que o governo iria apresentar ao Parlamento, «insuficiente e ambíguo», conforme o classificou o PCI, deixava em aberto, de facto, todos os grandes problemas com que se

debate o povo italiano, desde a crise económica, a inflação, o desemprego, o terrorismo (que ainda há poucos dias vitimou um sindicalista em Génova), ao abismo das pronunciadas diferenças sociais. A soma de promessas irrealizáveis abriu caminho a uma nova crise governamental, de que de momento não se vê a saída. A democracia-cristã mantém a sua negativa de aceitar comunistas no governo (com os outros partidos ligados ao acordo de Maio de 1978, conforme proposta do PCI). Posição aliás defendida — numa ostensiva ingerência nos problemas internos dos outros países — tanto pelo EUA como pela RFA. É significativa a coincidência.

Na Grã-Bretanha, prossegue o movimento grevista, abrangendo camionistas, ferroviários, o sector público. Os 280 mil mineiros podem a qualquer momento iniciar também uma greve pelas suas reivindicações salariais. O movimento que abarca milhares

de trabalhadores por aumentos salariais que superem os 5% que oficialmente se pretendem impor como limite, coloca neste momento o governo num delicado equilíbrio político. As ameaças da declaração do estado de emergência e da repressão legislativa, sobre os sindicatos, não se concretizaram, evitando os trabalhistas comprometerem-se numa acção abertamente antipopular em vésperas de eleições. A arma utilizada de momento está a ser a da propaganda, acusando-se os grevistas que da escassez dos produtos, que se acumulam nos armazéns, quer das suspensões e despedimentos entretanto efectuados pelo patronato (200 mil trabalhadores da indústria), e que os sindicatos denunciaram como forma de pressão. Os esforços do patronato e do governo conjugam-se no sentido não só de continuar a atirar o peso fundamental da crise sobre os ombros dos trabalhadores como de acusá-los da responsabilidade da ausência de uma resposta positiva às suas justas reivindicações.

Em Espanha, após a vitória dos operários da Chrysler, que obtiveram um aumento salarial de 14%, direito de vigilância sobre 65% da contratação futura e um certo controlo de gestão sobre a empresa e respectivos investimentos, o movimento reivindicativo aumentou. Em fins de Janeiro estavam em greve meio milhão de trabalhadores, destacando-se as greves dos metalúrgicos, dos trabalhadores da limpeza e do gás, estando em perspectiva outras greves nos telefones, nas agências de viagens e nos enfermeiros. O movimento de luta dos trabalhadores por melhores salários prossegue enquanto decorre o processo para as eleições ao Congresso e ao Senado, a realizar em 1 de Março. As candidaturas foram proclamadas no dia 31, começando a 7 de Fevereiro uma campanha eleitoral que durará 20 dias. Entretanto, as actividades fascistas não cessam. Um grupo de jovens fascistas, com rosto encoberto e cruzes gamadas, provocou tumultos na Faculdade de Direito de Madrid, atingindo a tiro três estudantes, espancando com matracas e correntes, e lançando cocktails Molotov, aos gritos de «Viva a morte».

No ano de 1977/78 os rendimentos reais da população dos Estados Unidos diminuíram 3,3%. O mesmo fenómeno se passa na Europa capitalista, na Europa da CEE. Nesta realidade radical em grande parte a envergadura do movimento de massas por uma vida melhor. Nem o terrorismo, nem as manobras de todos os géneros, nem a ingerência múltipla do imperialismo, podem sufocar o ascenso da luta contra a degradação das condições de vida, podem impedir as massas trabalhadoras de lutarem pelos seus direitos.

CEE: os números do desemprego

No ano em que se comemora o 30.º aniversário do CAME (comunidade económica dos países socialistas), o capitalismo, debatendo-se no círculo vicioso dos baixos ritmos de expansão, desemprego em massa e inflação, dá passos para uma nova e mais grave crise geral do sistema. Os números comparativos entre os dois sistemas são elucidativos da estabilidade, progresso constante, desenvolvimento harmonioso do socialismo, e os graves problemas em que se debate o capitalismo. Entre 1971 e 1975, a produção industrial dos países membros do CAME aumentou 45%, no conjunto dos países capitalistas desenvolvidos 9%, e nos países da Comunidade Económica Europeia (CEE) 7%. No que respeita à produção agrícola global, o seu valor per capita, entre 1960 e 1977, foi de 19% nos países capitalistas desenvolvidos e de 31% nos países do CAME. Que nos promete a «Europa connosco»?

DEZ mil crianças acompanhadas dos seus professores, afluíram de todo o Nordeste de França para o Município de Longwy, para manifestarem, neste mês de Janeiro, o seu protesto contra os milhares de despedimentos colectivos na região, afectando sobretudo o sector siderúrgico. Esta acção das crianças, pelo direito a «viver, estudar e trabalhar» na sua região natal, vem na sequência de várias manifestações, greves, ocupações e outras acções sindicais, igualmente organizadas contra o desemprego. É uma forma de luta significativa, incidindo sobre um dos aspectos da crise do capital que mais atinge as massas trabalhadoras.

DE acordo com as estatísticas vindas a lume em Bruxelas, a média de desempregados na CEE no ano de 1978 fixou-se em 5 950 000, abrangendo mais de 5% da população activa — o que representa 3,9% mais do que em 1977. Entre os desempregados, o número de jovens assumiu proporções impressionantes. Segundo a OCDE, em meados de 1977, em 23 países capitalistas industrializados estavam sem trabalho 7 milhões de jovens com menos de 25 anos: 40 por cento dos desempregados. A estrutura do contingente de desempregados exprime, aliás, tanto a desigualdade social como os sérios problemas do sistema. São a juventude e as mulheres os mais atingidos, juntamente com as minorias nacionais: a percentagem de desempregados «de cor» nos EUA é duas vezes superior à percentagem média do desemprego.

UM dos traços característicos do desemprego actual, em confronto com o passado, é a sua duração média, que aumentou sensivelmente em todos os países capitalistas desenvolvidos, nomeadamente na RFA e nos Estados Unidos. Uma outra particularidade: a partir dos anos 70, a recuperação da conjuntura económica não exerce nenhuma influência directa no aumento de empregos. Por outro lado, em termos gerais, ao aumento entre os desempregados da parte relativa às mulheres e aos jovens soma-se, significativamente, a dos operários qualificados e a de pessoas com instrução superior. A intensificação do trabalho, o desenvolvimento desigual e desproporcionado dos diversos sectores da economia, a racionalização dos parâmetros do sistema, a exportação de capitais para países do mão-de-obra barata — realidades características do capitalismo — impõem o desemprego como um facto permanente, sistematicamente agravado.

EUA: baixa o nível de vida sobe o orçamento militar

O discurso anual do presidente dos Estados Unidos sobre o «estado da União», pronunciado há dias perante o Congresso, é deveras significativo sobre a linha de orientação sociopolítica seguida pelo imperialismo. Uma decisão fundamental: o aumento do orçamento militar, sacrificando simultaneamente os fundos sociais. O pretexto invocado — por um lado a «paz», por outro a necessidade de pôr travão à inflação — não tem qualquer consistência.

O presidente Carter decidiu aumentar o orçamento militar dos EUA para 1980 em mais 11 mil e 800 milhões de dólares do que em 1979. Este orçamento — que representa a quantia mais elevada destinada a gastos militares nos últimos dez anos — comparado com o de 79, iniciado em Outubro passado, constitui um aumento, em termos reais, de cerca de 3%, aumento que o presidente norte-americano garantiu se repetiria regularmente para o futuro.

A decisão foi acompanhada de um corte nos fundos para gastos sociais de 15 a 20 milhões de dólares. Medida justificada como necessária para reduzir o défice orçamental de 40 mil milhões de dólares verificado este ano, para 30 mil milhões em 1979.

Na verdade, esta política orçamental não irá provocar uma retracção na inflação. Pelo contrário, a opinião generalizada dos economistas, citada pelo próprio «New York Times», é de que não só a inflação como também o desemprego irão aumentar nos próximos anos. A concentração de grande volume do orçamento nos gastos militares produz menos lugares de trabalho do que quando a mesma soma de dinheiro é investida em programas sociais, dado que os gastos militares geram menos empregos por unidade de produção total. Quem ganha com esta política orçamental? Unicamente um punhado de fabricantes de armas. Assim, só 10 monopólios receberam mais de 30% das encomendas no âmbito dos 50 mil milhões de dólares destinados pelo Pentágono para as compras de material bélico. Os grandes beneficiados serão os fabricantes de foguetes e outro armamento como a Chrysler Corporation, a AVCO Corp, Raytheon e Hughes Aircraft.

Na sua intervenção no Congresso, Carter afirmou: «O potencial militar norte-americano é a principal força para a segurança e estabilidade do mundo, razão por que devemos manter a capacidade da nossa força nuclear e contribuir simultaneamente para a modernização e equipamento dos exércitos dos nossos aliados da NATO, bem como das nossas próprias forças na Europa». Um bom exemplo de como invocar a paz para a atacar...

Da «segurança» e da «estabilidade» garantidas pelo potencial militar do imperialismo, falamos há mais de 30 agressões militares concretizadas, entre 1945 e 1975, incluindo guerras tão prolongadas e violentas como a dirigida contra o Vietnã. Como os ataques a Angola e Moçambique, a intervenção no Zaire, o apoio militar a todos os regimes reaccionários e fascistas, nomeadamente no Irão e na Nicarágua, ou ao «pilar estratégico na estabilidade da região», que é como Carter, significativamente, classifica Israel. Nem os povos do mundo, nem o povo americano, saem beneficiados da política seguida na Casa Branca.



Um exemplo da redução sistemática do poder de compra nos países capitalistas.

Breves notícias

● Declaração dos comunistas chilenos — Os comunistas chilenos emigrados lançaram um apelo a todos os partidos da Unidade Popular e a todas as forças patrióticas para que se intensifique a luta contra o regime fascista de Pinochet. Recordando que o Partido Comunista Chileno percorreu um glorioso caminho de luta após o golpe de Estado dos generais fascistas, engendrado e apoiado pela CIA, caminho duro onde tomaram heróis do Partido como Isidoro Carrillo, Henrique Paris, David Miranda, Alberto Miranda, Juan Lopez, Marta Ugarte e tantos outros dirigentes, vítimas dos torturatórios do povo chileno; recordando os muitos outros militantes ainda encerrados

nas prisões e campos de concentração da ditadura, como Víctor Diaz, os comunistas chilenos sublinham que todos os esforços dos fascistas para destruir o Partido Comunista do Chile, foram vão. Esses projectos criminosos apenas conseguiram intensificar a luta e fortalecer o Partido, que representa a principal força do povo chileno na luta pela liberdade. Finalmente os comunistas chilenos apelaram para todos os patriotas do seu país para se fazer do ano de 1979 um ano de coação, de crescimento da luta para a queda do regime ditatorial e do restabelecimento da democracia no Chile. ● P. C. de S. Salvador responde a provocações

esquerdistas — Em São Salvador, na América Latina, um grupo esquerdista auto-intitulado «Resistência Nacional» raptou um alto funcionário da multinacional «Phillips», libertando-o a troca da propaganda, na imprensa ocidental, dum «Manifesto» onde se denegam as forças que, no país, lutam consequentemente contra a ditadura, nomeadamente o Partido Comunista de S. Salvador. Num documento em cinco pontos, o PCS desmontou a provocação e denunciou a irresponsabilidade deste grupelho ao pretender dividir as forças antifascistas que lutam no país, nas mais duras condições, para derrubar a ditadura. No documento denunciaram-se as tentativas desse

grupelho aventureirista para cavar dissensões internas no PCS, tentando atrair membros do Partido para as suas hostes através da lisonja, bem como a utilização da mais despodorada demagogia ao auto-intitular-se «vanguarda» do proletariado, quando a sua ligação às massas é inexistente e a sua participação real nas lutas diárias contra a ditadura se salda em acções provocatórias, que acabam por servir apenas os interesses do regime. Finalmente, denuncia-se a acção divisionista desta «Resistência Nacional», que, apelando à unidade, procura por todos os meios obstar a essa mesma unidade, quer criando «movimentos»

fantasmas quer denegando os que, na verdade e nas mais duras condições, se organizam, resistem e lutam. ● Oscilação no «Império» de Bokassa — A República Centro Africana, um dos países do mundo onde o povo vive mais miseravelmente, foi o ano passado promovido a «Império Centro Africano» pelo triste bonifrate que comanda a ditadura do país e que se auto-sagrou imperador — Bokassa I de «Sua Majestade» — numa cerimónia napoleónica cuja megalomania foi mais trágica que ridícula ao esbanjar uma soma fabulosa num país de famintos. Há muito que o descontentamento grassa pelo país

e só um feroz sistema repressivo tem permitido a sobrevivência de Bokassa. Todavia a degradação multiplicou-se e a revolta popular manifesta-se, como aconteceu recentemente na sequência de mais uma arbitrariedade do «imperador», ao pretender impor aos estudantes o uso obrigatório de uniforme (I). As manifestações de protesto estudantis irromperam vigorosamente e o regime teve de recorrer a ajuda externa, no caso o Exército de Mobutu, digno parceiro do fanteche «imperial». Os protestos, apesar de atfogados em sangue, impuseram um recuo ao ditador: os uniformes foram abolidos. Como o será, mais tarde ou mais cedo, o ditador Bokassa.

# O DIVISIONISMO SEM MÁSCARA

## A ofensiva da direita e o «frete» da UGT

A ofensiva da direita precisa urgentemente de um «parcelo social» que não lhe crie problemas e abarque, no essencial, as forças reaccionárias que a apoiam ou facilitam a sua política. Trata-se de dividir o movimento operário, de forma a enfraquecê-lo e a fornecer à reacção o agasalho de um «parcelo» fantoche. Além da repressão, das manobras, dos golpes, a ofensiva contra a democracia, quer cobertura (mesmo falsa, não interessa) para as medidas que tenta pôr em prática.

O Movimento Sindical Unitário não dá essa cobertura. As Comissões de Trabalhadores e de Delegados Sindicais também não.

Mas aí está a UGT, como de encomenda. Para o «frete» nada melhor que essa «União» forjada à revelia da unidade e fora do Movimento Sindical.

E para dar corpo a esse «frete» aí estão à vista as arbitrariedades e ilegalidades de um governo que tenta amordaçar as Comissões de Trabalhadores, como sucede na Função Pública, que tenta acabar com a semana inglesa, como sucede com os trabalhadores do comércio, que prossegue a política de bloqueamento e boicote à contratação colectiva, que facilita os despedimentos em benefício do grande capital e tenta impor limites artificiais aos aumentos de salários, como sucede com centenas de milhares de pessoas que vivem do seu trabalho.

Para que o «frete» e a cobertura passem mais facilmente, este governo MP/PPD pode mesmo conceder um pequeno trunfo demagógico à UGT (ficaria tudo em casa), uma ou outra concessão de superfície que não tenha resultados práticos, mas melhore a qualidade do «frete» e torne mais espessa a cobertura para aquilo que o governo pretende atacar e destruir.

Para isso aí está a UGT. Mas para a luta pelos direitos e interesses fecundados dos trabalhadores, e para alcançar êxito nessa luta, nenhum «parcelo» fantoche pode substituir o Movimento Sindical Unitário encabeçado pela CGTP-IN.

### As CTs reforçam-se com o apoio unitário

Uma resposta firme e responsável tem vindo a opor-se à disposição governamental que, abusivamente, declara «ilegítima qualquer intromissão, ainda que com

carácter consultivo, das Comissões de Trabalhadores da Função Pública na gestão dos respectivos organismos e nas decisões tomadas pelas direcções de chefias».

Com o apoio solidário de numerosas CTs do sector e fora dele, o organismo coordenador dessas estruturas representativas dos trabalhadores da Função Pública pôde já reafirmar com segurança a sua disposição de manter e reforçar a actividade das CTs existentes e criar outras nos locais de trabalho onde não existam.

Ao votar favoravelmente o protesto apresentado na Assembleia da República contra a intromissão abusiva do governo na actividade das CTs, um deputado do Grupo Parlamentar do PCP afirmou: «Com esta medida, ou com medidas desta natureza, não é a autoridade democrática da Administração Pública que sai reforçada, como o governo pretende fazer crer. O que com ela se reforça é o autoritarismo da Administração Pública, ou melhor, o autoritarismo das cúpulas da Administração Pública perante os seus subordinados. Para este governo, os chefes decidem e os subordinados executam, surdos e mudos ao acerto ou desacerto da decisão, mesmo quando esta lhes diga respeito. Do alto do poder, este governo pensa, pois, que para ser

obedecido não pode aceitar o diálogo, não pode ouvir, ao menos ouvir, outras razões que não sejam as suas próprias razões».

### Contra medidas ilegais e ameaças

Quando os patrões saudosos do fascismo não conseguem impor nas suas empresas a arbitrariedade, a repressão e a ilegalidade, o governo substitui-os nessa tarefa. Assim sucede no «Pão de Açúcar» com a ordem governamental de abrir ao sábado todo o dia. Os trabalhadores e os seus Sindicatos já disseram o que pensam dessa medida contra a semana inglesa e já demonstraram, através da luta, que não estão dispostos a cumprila.

Mas o governo ameaça intensificar a escalada contra os direitos de quem trabalha. Significativa nesse campo é a campanha contra a revisão dos salários a níveis que acompanham o aumento insuportável do custo de vida. Significativas são também as ameaças contidas na comunicação televisiva do Primeiro-Ministro Mota Pinto.

A CGTP-IN já veio a público contra essas medidas ilegais e ameaças. Sobre a revisão dos salários, definiu já muito claramente os objectivos da luta: «a defesa efectiva dos salários reais face à alta do custo de vida, sem reconhecimento de quaisquer limites artificiais aos aumentos de salários». Quanto às ameaças, não há dúvidas de que os trabalhadores não se atemorizam e continuarão a lutar pela salvaguarda dos seus interesses, garantias e direitos consagrados na Constituição.



## Um símbolo degradante

**1.** A encenação divisionista ocorrida no passado fim-de-semana na cidade do Porto e apresentada à opinião pública como o «Congresso da UGT» representa um novo passo na ofensiva contra a unidade dos trabalhadores portugueses. Os objectivos que persegue, as forças que o apoiam, os métodos que usa, bastam para dar a verdadeira face deste projecto divisionista.

**2.** A divisão do movimento sindical português é um instrumento indispensável às forças da reacção e do imperialismo para tentarem quebrar a firme resistência dos trabalhadores à política de recuperação capitalista e de agravamento das suas condições de vida. O plano da intensificação da exploração dos trabalhadores e de restauração do poder económico e político dos monopólios e dos latifundiários, reclama e exige que, agindo por dentro do movimento dos trabalhadores, se ergam as vozes dos defensores do divisionismo, do colaboracionismo com o grande patronato, da traição dos interesses de classe dos trabalhadores e da liquidação da autonomia e da independência do movimento sindical.

Em numerosas entrevistas, documentos e declarações, os arautos do divisionismo sindical testemunham exuberantemente esta verdade: não têm nem uma palavra, nem uma crítica, nem uma recriminação contra a política de recuperação capitalista, contra as forças da reacção, contra os governos responsáveis pelo agravamento das condições de vida dos trabalhadores. As suas energias, os seus insultos, a sua raiva gastam-se num feroz anticomunismo e dirigem-se exclusivamente contra o movimento sindical unitário e a CGTP — central única, democrática e independente dos trabalhadores portugueses.

**3.** Apoiado pelo PS, pelo PPD, pelo CDS, incorporando forças declaradamente fascistas — do MIRN ao PDC passando pelos provocadores da AOC —, saudado com significativo entusiasmo e carinho pelas confederações do grande patronato reaccionário, financiado com rios de dinheiro pelo imperialismo, o projecto divisionista da «UGT» exprime com nitidez uma vasta coligação que, neste domínio, se empenha em querer derrotar a justa resistência dos trabalhadores portugueses à política antioperária e antinacional que, a nível de sucessivos governos, aquelas forças têm realizado, exigido e aplaudido.

**4.** À altura dos objectivos, dos apoios e financiamentos estrangeiros de que goza o projecto divisionista, estão os seus métodos e processos, marcadamente antidemocráticos, em tudo alheios e contrários aos valores e aos princípios democráticos que são timbre do movimento operário e do movimento sindical unitário. A este respeito a reunião pomposamente chamada de «Congresso da UGT» fala por si só. Realizada em condições que, em múltiplos aspectos, violam a Lei das Associações Sindicais em vigor, em que nenhum dos documentos fundamentais é sequer discutido ou votado, em que os delegados são nomeados pelas direcções dos sindicatos aderentes e em que os representantes dos fantasmagóricos milhares de «aderentes individuais» são nomeados pelos partidos políticos apoiantes, em que os lugares de direcção são minuciosamente negociados e repartidos antes das próprias votações — uma tal reunião é bem o símbolo indesmentível do enorme espírito de seita, da completa partidarização e da escandalosa dependência que são a regra de vida do divisionismo sindical.

**5.** Muitos milhares de trabalhadores, militantes e eleitores socialistas, não deixarão justamente de sentir o dia 28 de Janeiro como um símbolo degradante da abdicção e humilhação do Partido Socialista, que num momento particularmente agudo da ofensiva contra os direitos e aspirações dos trabalhadores, não hesitou em aliar-se, exactamente no plano sindical, com os partidos de direita que comandam e inspiram essa ofensiva e dela beneficiam.

Por cada dia que passar, mais e mais militantes e eleitores socialistas tomarão consciência de que se o seu partido se alia na UGT ao PPD não é certamente para defender os direitos dos trabalhadores, ameaçados pelo Governo do PPD; que se o seu partido se alia na UGT ao CDS não é certamente para fazer face à exploração do grande capital que apoia o CDS; que se militantes do seu partido se sentam à mesa da UGT com gente do MIRN e do PDC não é certamente para defender a democracia que estes partidos odeiam e querem destruir.

A vida mostrará que não é no projecto UGT, que não é no campo do divisionismo, que não é no terreno das alianças com a direita, que o PS encontrará o caminho para se afirmar como partido democrático e para recuperar do seu crescente desprestígio entre os trabalhadores.

**6.** O PCP exprime a sua firme convicção de que a grande maioria dos trabalhadores socialistas não entrarão nem no suicídio dos seus interesses de classe nem na desonra dos seus sentimentos democráticos que a chamada UGT representa, antes prosseguirão na luta quotidiana e na base do diálogo, do respeito da democracia sindical, do entendimento e do respeito mútuo, no caminho da unidade com os seus irmãos de classe, no caminho da consolidação do movimento sindical unitário, firme baluarte da defesa da democracia, do progresso do País, da independência nacional.

Os divisionistas têm por si os milhões do imperialismo, as benções do grande patronato revanchista, as esperanças e os aplausos da reacção. Mas os trabalhadores portugueses têm por si a razão, a experiência acumulada, a força inventiva da sua unidade e da sua fidelidade às conquistas, ideais e esperanças do 25 de Abril. E, por isso, vencerão.

Lisboa, 29 de Janeiro de 1979  
A SECÇÃO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



## 4 amostras da encenação amarela

«Consagrado o direito de tendências, estando já representadas a socialista, social-democrata, a democrata-cristã, a social-cristã e a independente».

«O Dia», 29/1/79

«Houve, neste último dia, a necessidade de abreviar os trabalhos. Assim, três das sete propostas fundamentais (Regulamento Eleitoral, Regimento do Congresso e Regulamento de Tendências) acabaram por ser relegadas para futura apreciação».

«Diário de Notícias», 29/1/79

«Saliente-se ainda o facto de a delegação do PS incluir Marcelo Curto, o elemento que — em tempos — por discordar dos processos que levaram ao lançamento da nova central sindical, deixou o cargo de director da revista sindical do partido, «Sindicalismo», a qual — sublinhe-se — desde então e ao contrário do que se dizia, nunca mais foi publicada».

«Diário Popular», 26/1/79

«Nós damos o trabalho, eles entram com o capital — expressão que, com ironia, e em ligeira anexação da semântica marxista, alguns homens PSD exprimem a sua ideia sobre o «teórico» equilíbrio entre a sua linha (com maior ou pelo menos mais importante implantação no terreno sindical) e a do PS (com superior aceitação internacional incomparavelmente maiores meios de financiamento externo)».

(Artigo de José Flecha, no «Diário Popular», 29/1/79)

## O que é a UGT?

Façamos de novo a pergunta:

— O que é a UGT? — Com «Congresso» ou sem ele, com «o milhão» soprado pelo jornal «O Dia», depois de uma «declaração de princípios» (quem a aprovou?) e de outros documentos por aprovar (o «Congresso» remeteu-os para outro órgão) a UGT aparece, segundo o seu «acto de constituição», como «organização sindical coordenadora de todos os Sindicatos e Trabalhadores que defendem e se reclamam do Sindicalismo Democrático e aprovam, em consequência...» E segue-se a designação de dois documentos que não foram debatidos nem aprovados pelos trabalhadores, mas que, ainda segundo aquele «acto», se «dão por reproduzidos» e basta.

A UGT, à luz da lei em vigor, não é nada. Não é um Sindicato, não é uma União,

não é uma Central. É uma campanha publicitária, mantida com fundos importados, e conduzida pelas cúpulas partidárias do PS e do PPD, com o apoio das direcções sindicais afectas a esses partidos, na linha da estratégia imperialista de divisão do Movimento Sindical.

O «Congresso» do Porto veio confirmar que os trabalhadores sindicalizados, que referendaram o apoio à UGT, não contam para nada quando se trata de aplicar a democracia. Era o que de resto se esperava do «Sindicalismo Democrático», que não passa de uma frase publicitária, decalcada de um projecto partidário que não teve execução.

(Não abusamos aqui das palavras entre aspas. Todas elas se justificam negativamente.)

O que se passou, no último fim-de-semana, num cinema do Porto, com a presença de

fortes delegações das cúpulas do PS e do PPD, não merece o nome de Congresso. O que os ugteístas designam por «sindicalismo» e por «democrático» foi completamente desmascarado pela maneira como se preparou e decorreu essa reunião do Porto. Os documentos lá apresentados não foram previamente discutidos, nem sequer pelos trabalhadores que votaram a adesão dos seus Sindicatos à UGT. Pode-se dizer que nem em família foram debatidos. Eleições para os delegados ao «Congresso» não houve. Foram nomeados e designados. Por quem? Pelos próprios promotores do divisionismo. Por uma clique restrita e ela própria contraditória e dividida na sua «União».

Alguns dos documentos que os divisionistas consideraram fundamentais nem sequer foram aprovados no Porto. Deixaram-nos ao cuidado de um órgão mais restrito que nem sequer estava eleito. Quanto aos cargos de direcção, o «Congresso» dividiu-os partidariamente e até o CDS foi contemplado.

— O que é, por conseguinte, a UGT depois do «Congresso» do Porto? — O mesmo que era anteriormente. Essa sessão do cinema Vale Formoso não foi mais do que o normal prosseguimento da campanha publicitária para congregar à volta do projecto amarelo os votos que umas dezenas de milhares de trabalhadores continuam a reservar para o PS e o PPD. Foram esses votos partidários que funcionaram nos referendos. São eles que, abusivamente, são utilizados pelos promo-

tores do divisionismo para recusarem na sua «União» todos os princípios indispensáveis à existência de uma associação sindical digna desse nome. O «Congresso» do Vale Formoso veio novamente confirmar, pela maneira como decorreu, aquilo que sempre temos afirmado e se comprova pela prática: a UGT nada tem a ver com a unidade, a democracia, a independência e a liberdade sindicais. A UGT, que não é «União», nada tem de «Geral», nem tão-pouco é dos «Trabalhadores» deve, no entanto, ser combatida. As forças que a lançaram e vão continuar a sustentá-la não poupam meios. E é perigoso subestimá-las.

A UGT deve ser combatida não pelo que vale em si própria, mas pelo que representa no quadro global da escalada reaccionária contra os direitos mais elementares dos trabalhadores, de todos os trabalhadores. A UGT deve ser combatida porque surge para dar uma coloração pseudo-sindical às medidas mais perigosas contra a sindicalização, contra a vida sindical nas empresas, contra as liberdades sindicais, contra a eficácia da luta pela contratação colectiva, por melhores salários, pelas garantias conquistadas e contra o aumento do custo de vida. A UGT deve ser combatida porque surge de fora do Movimento Sindical como arma partidária ao serviço de uma política que os trabalhadores rejeitaram, de uma política que frontalmente os ataca e pretende amordaçar as suas organizações.

